

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM • Ano III nº 8 • Setembro-Dezembro 90



TRABALHO



ISSN 0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

CEM – Centro de Estudos Migratórios (Confederação dos CEM's J.B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, religioso, demográfico, educacional, cultural etc...

Diretor:

Alfredo José Gonçalves

Editor:

Marilda Aparecida Menezes

Jornalista Responsável:

José Domingos Braghetto (MTB 8.763)

Conselho Editorial:

Carlos B. Vainer
Diego A. A. B. Fernandes
Dom Antônio Possamai
Edgard Malagodi
Erminia Maricato
Fermino Fecchio
Francisco Nunes
José de Souza Martins
José Giacomo Baccarin
José Jorge Gebara
Luiz Bassegio
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Secretaria de Redação:

Dirceu Cutti
Wanderluce Pessoa Bison

Diagramação e Arte:

2M Criação e Produção Gráfica
Rua Rego Freitas, 354 – 1º Andar. – Conj. 14 – Tel. 257-1804

Composição:

Benecomp – Composição e Artes Gráficas Ltda.
Tel. 257-2121

Fotolito:

A Jato

Impressão:

Gráfica Peres

Endereço para Correspondência:

Rua Vasco Pereira, 33-B – Liberdade – CEP 01514 – São Paulo – SP
Telefone para contato: (011) 278-6227

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Assinatural Anual:

10 BTN's

Assinatura de Apoio:

15 BTN's

Número Avulso:

5 BTN's

Exterior:

US\$ 20,00

Índice

O MIGRANTE
E O TRABALHO

05

COMO "EXPULSAR O
CAMPONÊS" DO PROLETÁRIO

María Aparecida de Moraes Silva

13

A LEMBRANÇA DO SUL

Paola Cappellin

18

"SAÚDE E TRABALHO:
As especificidades do
urbano e do rural"

Lúcia Couto

22

TRABALHO POR CONTA
PRÓPRIA: SONHO DOS
MIGRANTES?

Marilda Aparecida de Menezes

27

PARAÍBAS E BAHIANOS:
ÓRFÃOS DO CAMPO,
FILHOS LEGÍTIMOS DA CIDADE

Durval Muniz de Albuquerque Jr.

33

TRABALHO E PROPRIEDADE:
Cem anos do ensino social da Igreja

Inácio Neutzling

39

DENÚNCIA

TRABALHO ESCRAVO
– Um relato de casos

María Cristina Vannucchi Leme

“O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM” “O TRABALHO ESCRAVIZA O HOMEM”

O antitetismo expresso nas afirmações acima vai além do jogo de palavras. Ele é antes a expressão do cotidiano do povo-migrante-trabalhador; é a expressão que revela o descompasso existente entre o sonho e a realidade do mundo do trabalho com o qual se defronta o migrante.

Mas pior que o simples descompasso, afinal o sonho normalmente ultrapassa e transcende as possibilidades do real, é a magnitude com que o mesmo se reveste.

Que dizer da dignidade do trabalho numa sociedade marcada pela vigência do regime escravagista? Calcada num modo de produção que, não apenas aliena o trabalhador mas o submete, estruturalmente, a perseguir uma mera sobrevivência? De um modelo de desenvolvimento que não apenas exclui o trabalhador da participação na renda, mas que tende a afastá-lo da possibilidade de acesso ao próprio trabalho? Enfim, de uma sociedade que teima em seguir curso passando ao largo das urgentíssimas reformas que se fazem necessárias a nível estrutural?

*Sem querer açambarcar o amplo leque que o assunto em pauta evoca, bem como procurando evitar abordagens que de certa forma já se tornaram lugar comum ao se relacionar migrante com trabalho, **Travessia** procura oferecer ao leitor algumas contribuições. Objetivam elas auxiliar, em sua variedade, na compreensão da realidade e na busca de sua interpretação.*

Neste número, dedicado à realidade do trabalho, não poderíamos omitir uma das facetas mais cruéis que a ele dizem relação em nosso país. Eis porque enfocamos a questão do trabalho escravo hoje, não sob a forma de um estudo, mesmo porque se trata de um assunto pouco pesquisado, e sim como denúncia.

Enganam-se os que pensam que escravidão no Brasil é assunto do passado, e enganam-se também os que cientes da mesma encaram-na como exceção. Vem num crescendo o número de trabalhadores escravos no Brasil e há empresas modernas envolvidas na prática impune da peonagem por dívida.

Enquanto de um lado aparece o discurso da modernidade, do outro retroagem direitos trabalhistas e da pessoa humana adquiridos há tantos anos!

*A partir do universo das migrações temporárias, em que parcelas significativas encontram-se no limiar da escravidão, trazemos a análise do refinamento da exploração sobre os cortadores de cana numa das regiões de maior renda **per capita** do país.*

Outros artigos abordam ainda questões tais como: O que representa para o migrante que retornou ao seu local de origem, a experiência de trabalho como assalariado no local de destino?

No tocante ao aspecto específico da saúde do trabalhador, qual a resposta da medicina do trabalho? A partir do contexto de busca de estratégias de sobrevivência, qual o significado do trabalho autônomo?

Da relação capital-trabalho, donde emerge a resistência dos trabalhadores, qual tem sido a participação da cultura tradicional do camponês nordestino na construção da identidade da classe trabalhadora nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1920 e 1950?

*Por fim, considerando a proximidade do centenário da **Rerum Novarum**, documento que inaugura a doutrina social da Igreja, um artigo enfocando a evolução do pensamento social da Igreja no que concerne ao trabalho e à propriedade.*

**O trabalho que dignifique o homem
coloca-se para nós no horizonte das conquistas!**



● **Migrante vota diferente?**

Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi

● **Cientelismo e dominação no cenário das eleições**

César Barreira

● **A UDR e o processo eleitoral**

Regina Bruno

● **Migração e voto: em busca de uma vida melhor**

Judith Muszynski

● **Reflexões às vésperas das eleições presidenciais**

Maria Tereza Sadek

● **O imigrante espanhol em São Paulo e o voto**

Avelina Martinez Gallego

● **Voto consciente: uma arma do trabalhador**

José Benedito da Silva

● **De política eu não entendo muito mas...**

Josino Raimundo da Rocha



● **Intervenções e armadilhas de grande porte**

A. Oswaldo Sevá Filho

● **O planejamento do setor elétrico brasileiro**

Emílio Lèbre La Rovere

● **Implantação de grandes hidrelétricas**

Estratégias do setor elétrico

Estratégias das populações atingidas

Carlos B. Vainer

Frederico Guilherme B. de Araújo

● **As políticas de gestão da força de trabalho e as condições de vida do trabalhador das obras barrageliras**

Ângela M. Tude de Souza

● **Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa**

Ilse Scherer – Warren

Maria José Reis

Neuza Maria Bloemer

● **Malária, migrações e grandes projetos na Amazônia**

Alberto Najjar

● **Nas terras Waimiri-Atroari projetos de morte**

Egydio Schwade

● **Alternativas às hidrelétricas na região Amazônica**

– O caso de Ji-Paraná –

Pe. Luiz Bassegio

● **Lutas, vitórias e desafios: a resistência no alto Uruguai**

Luiz Alencar Dalla Costa



● **O lazer da população de origem migrante na metrópole**

José Guilherme Cantor Magnani

● **O retorno para a festa**

Marilda Aparecida de Menezes

Socorro Pereira

Jaldete Soares

Hermano José

● **A música sertaneja entre o pão e o circo**

José de Souza Martins

● **Constância e permanência – as mulheres de um bairro da periferia de São Paulo**

Sylvia Leser de Mello

● **A criança e a família: como se vive com naturalidade a pobreza nada natural**

Jerusa Vieira Gomes

● **As sete vidas da cultura popular**

Bráulio Tavares

● **A música urbana de Luiz Gonzaga**

Bráulio Tavares

● **O imigrante e o movimento operário**

Jaime Cuberos

● **Impacto ambiental e regime político**

Carlos Walter Porto Gonçalves

Como “expulsar o camponês” do proletário

Maria Aparecida de Moraes Silva*

“... O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inápto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas, lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos, em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”.

(Foucault, M. – Vigiar e Punir)



Foto: Arquivo CEM

INTRODUÇÃO

Neste texto¹, nosso objetivo, será o de apreender os camponeses² migrantes não como mera força de trabalho pronta, massa transformada, massa isomorfa para o capital. Busca-se a rejeição da passagem imediata da condição camponesa para a de proletário, como se se tratasse de um passe de mágica imposto e determinado pelo capital. Mesmo que, teoricamente, as unidades camponesas venham a “funcionar” como exército de reserva para esta agricultura capitalista, há que se considerar que a mutação do camponês em força de trabalho, logo, a mutação em trabalhador alienado, em tempo de trabalho, insere-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis. O tempo de trabalho, a generalização do trabalho abstrato são partes da estrutura do capital. Portanto, a coisificação do homem não obedece a uma mecânica linear. Ela assume características específicas nas distintas formações sociais.

A “Acumulação primitiva” de “O Capital” reflete, além do caráter histórico do processo de transformação do camponês em proletário, as lutas e resistências dos expropriados, tanto a nível individual, como social. A punição severa, o suplício, a morte, foram mecanismos produzidos pelos aparatos do Estado afim de garantirem a força de trabalho adestrada às manufaturas inglesas. O corpo fora o alvo privilegiado da Legislação Sangüinária.

Aos poucos, sucederam-se às atrocidades, formas mais amenas de controle e disciplina. Foucault, em **Vigiar e Punir** mostra como esta passagem foi se dando. “Vozes sem rosto, entidades impalpáveis, realidade incorpórea” apareceram na cena do cotidiano dos trabalhadores. Assiste-se, desde os séculos XVIII e XIX a uma verdadeira purificação desses métodos, onde o controle, o esquadramento assumem contornos específicos no interior de uma rede de poder, que não necessariamente, apenas emana do capital e/ou do Estado. Criam-se e recriam-se canais novos e renovados através dos quais a normatização dos



Foto: Arquivo CEM

corpos vai se delineando segundo regras, disciplinas do poder constituído das relações capitalistas.

– AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO LUGAR DE ORIGEM

Nossa tentativa é o repensar constante da realidade estudada, manifesta através não do contato distanciado entre objeto e sujeito de investigação, mas da preocupação em descer um pouco mais, distanciar da superfície desta realidade e lá encontrar homens dotados não apenas de força física, natureza orgânica, como também de sentimentos, de dor, de angústia, de medo, de capacidade de subserviência, de resistência. Procuramos afunilar o (re)conhecimento desta realidade, tentando entendê-la no seu gargalo onde se produzem e se reproduzem as micro condições necessárias à conversão de camponeses do Vale do Jequitinhonha/MG em trabalhadores na agro-indústria açucareira. Em outros termos, procuramos entender como a Usina consegue transformar milhares de mineiros, inseridos em relações não capitalistas de produção, em força de trabalho disciplinada durante 6 ou 7 meses ao ano, a partir da constituição real e material da sujeição e das últimas ramificações do poder.

Entendemos que este poder³ não se resume ao poder da Usina e do Estado através de seus organismos jurídicos e repressivos. Ele é mais que isso. Ele não possui apenas aspectos negativos, mas também positivos que se ligam

primordialmente ao aprimoramento e adestramento do corpo.

Assim sendo, a alienação, a coisificação do homem, sua transformação em tempo de trabalho, só podem ser entendidas no bojo de um processo histórico, marcado por marchas e contramarchas resultantes de uma dinâmica onde o homem não é apenas produto, mas produtor da sociedade, sujeito dotado de objetividade e de subjetividade.

A exposição que se segue tentará mostrar esta tendência. Não se trata de não ver as contradições, as lutas. Ao contrário, elas contituem o substrato de todo este processo de transformação. O próprio conceito de **acontecimento** em Foucault, reporta ao fundamento de sua análise sobre o poder. Ou seja, o acontecimento supõe “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado... uma dominação que se enfraquece, que se distende, se envenena e uma outra que se faz sua entrada, mascarada”(1).

As lutas sociais desenvolvidas pelo conjunto dos trabalhadores bóias-frias nesta região, na qual houve a participação de mineiros do Vale, nestes últimos anos, constituem-se em elementos fundamentais na reconstrução dos mecanismos de controle e de poder sobre estes trabalhadores. A presença de sindicatos organizados, não pelegos tanto lá como cá, a ação da C.P.T. (Comissão Pastoral da Terra) e S.P.M. (Serviço Pastoral dos Migrantes) contribuíram para garantir melhores condições de salário, de moradia e de trabalho. Todavia, a materialidade da sujeição à Usina aprofundou-se, revestiu-se de uma nova roupagem. Por detrás do registro em carteira, dos melhores salários, das boas condições de moradia nos alojamentos, da assistência médico-hospitalar, ergue-se uma pirâmide de controle disciplinar destinada à garantia de um aumento de produtividade através da construção da figura do **cortador de cana**, peça fundamental de um trabalho cooperativo, dividido no interior da Usina⁴. Constrói-se um perfil de trabalhador rural da Usina.

Antes de mostrarmos a efetividade desta criação, vejamos, resumidamente, já que uma análise mais aprofundada fugiria dos limites deste texto, quem são, como são estes camponeses lá.

Inserem-se em relações não capitalistas de produção. São proprietários de uma ínfima parcela de terra, plantam para a subsistência, comercializam os excedentes, quando os possuem, nas feiras locais, através da troca simples de mercadorias, onde o dinheiro funciona como intermediário da troca. Em virtude da terra não lhes assegurar a sobrevivência, são obrigados a migrar. Alguns migram definitivamente. Muitos (homens, mulheres,⁽²⁾ jovens, crianças) migram temporariamente. Migração temporário-circular, nem lá, nem cá⁽³⁾. São andorinhas, como eles próprios se auto-definem. Este processo não é recente. Através de um levantamento histórico-familiar abrangendo perto de 800 pessoas, pudemos observar que esta migração ocorre desde as décadas 1940 e 1950, seguindo os ciclos do café, algodão em São Paulo, café no norte do Paraná, mais recentemente a cana e o café em São Paulo. Ao nível das representações, esta migração se lhes impõe como um processo natural. "Aqui o pessoal vai para São Paulo, desde que eu me entendo por gente". Vir para São Paulo é algo imposto. Vêm, porque "caso contrário, morrem de fome". Vêm porque "lá não tem jeito".

No entanto, é a partir da década de 1970, que esta migração temporário-circular intensifica-se em virtude da aceleração do processo expropriatório

no Vale imposto pelas grandes Companhias Reflorestadoras e pela concentração da propriedade da terra nas mãos de grandes fazendeiros⁽⁴⁾ e pela exploração da agricultura canavieira associada ao processo de industrialização da agricultura como um todo em São Paulo, processo que passou a requerer grande quantidade de mão-de-obra, sobretudo, na colheita.

A migração de mineiros canalizou-se para as áreas da cana e café, prioritariamente, a ponto da Usina⁵ empregar quase que exclusivamente mineiros no corte da cana e no interior da indústria. Dos 3.200 trabalhadores contratados para a safra 88, 3.000 eram mineiros. A maioria, segundo as informações da Usina, era de camponeses com terra.

Aqui uma questão se nos colocou. Por que a preferência por mineiros? A resposta fornecida foi "os mineiros rendem mais, produzem mais, não criam casos como o pessoal daqui da cidade". "Vêm aqui para trabalhar".

Tal resposta poderia induzir-nos à concepção de uma força de trabalho já adestrada no seu lugar de origem. No entanto, se são camponeses independentes, isto supõe um grau de autonomia prevalecente nas relações de trabalho⁽⁵⁾ contrário à heteronomia das relações capitalistas. Na unidade camponesa, não são movidos pela ordem do tempo, enquanto tempo de trabalho. O tempo⁽⁶⁾ que os regula é

o do ciclo das culturas agrícolas e apropriam-se do fruto do seu próprio trabalho. Regem-se pelo domínio do trabalho concreto. A terra é um meio da garantia da subsistência. O corpo não se resume à mera força de trabalho. Ele é parte de uma totalidade na qual interferem a terra, os recursos naturais, os meios de trabalho, os outros homens, a família, a comunidade, a festa, a religião, os valores espirituais. Aí, pode-se dizer que não há a individualidade do homem. Cada um é parte de um todo, onde sujeito e objeto, homem objetivado acham-se imbricados numa relação estreita, complementar, desalienante. Há um todo. Forma-se uma indivisibilidade. A atividade humana se realiza quando há "precisão" de carpir, de plantar, de colher. O trabalho não se coloca como antagônico em relação ao homem, não há necessidade de superar a propriedade da terra, porque esta não se lhe apresenta na sua forma privada, capitalista, exteriorizada, mas como propriedade pessoal, necessária à sobrevivência.

O conhecimento dessa realidade mostra o enorme fosso que separa estes camponeses das formas de organização de trabalho na Usina. Como então adaptá-los, a ponto de preferirlos?

A fim de facilitar a exposição, mostraremos que este prepararo, esta moldagem, é bastante complexa, atingindo três níveis: o mercado de trabalho, o espaço produtivo e o espaço reprodutivo. Trataremos cada um desses níveis em separado, a nível de análise, muito embora, eles acham-se estritamente vinculados, fazendo parte de uma mesma unidade.

- O MERCADO DE TRABALHO

No passado, a migração, segundo os informantes, era feita de forma aleatória. Aqueles que precisavam, vinham, procuravam trabalho nas áreas onde "havia serviço", ficavam um tempo determinado, depois voltavam. Aos poucos, com a regularidade dessa migração, surge a figura do "gato", do intermediário entre os patrões e os migrantes. Atualmente, dentro da estrutura organizacional da Usina, a figura do "gato" metamorfoseou-se na do "agenciador", do "encarregado" da Usina para agenciar

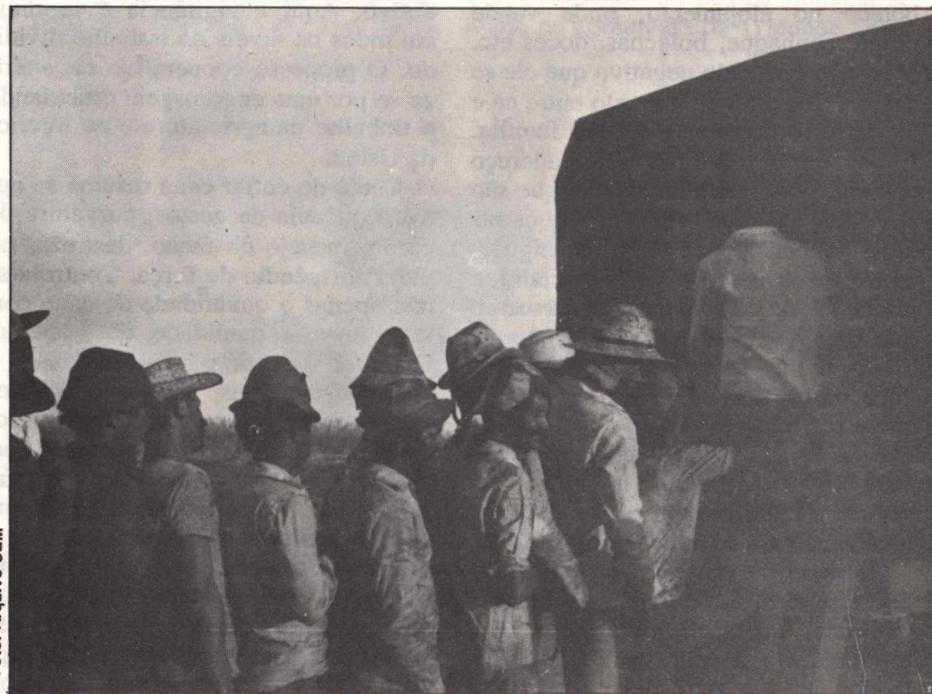


Foto: Arquivo CEM

força de trabalho. A conservação desse elemento seguida da transformação da denominação revela uma mudança importante nas relações de trabalho, marcada pela onipresença da Usina em todas as esferas, não mais permitindo que seus trabalhadores fossem extorquidos por estes intermediários. Cria-se uma função específica, a do agenciador, empregado da Usina. Muda-se a denominação, não o personagem. A roupagem nova do agenciador encobre os atributos pessoais e funcionais que tinha no momento anterior. É um elemento importante no mascaramento dos mecanismos de controle disciplinar presentes na estrutura de poder da Usina. A análise de suas funções mostra um velamento – desvelamento contínuo. Acompanhamos suas representações.

Num primeiro momento, recebe da Usina a incumbência de agenciar uma cota x de trabalhadores. No Vale, esta cota refere-se a um número x de cabeças. O arrebanhamento das cabeças não obedece a critérios quantitativos. Levam-se em conta: categorias de sexo (mulheres não são aceitas); de idade (jovens entre 20-35 anos); de moralidade (os que não criam “encrencas”); de assiduidade (os que vão para trabalhar). Este crivo é feito através de uma rede de relações que escapa ao controle da Usina, mas não ao do agenciador, manifesta através de seu (re)conhecimento de todos, ou através de seus delegados tais como: donos de armazéns e de botecos instalados nos inúmeros povoados da extensa área rural do Vale. Estes (re)conhecem os “bons” e os “maus”, aqueles que pagam as contas, mesmo com juros extorsivos. O papel do agenciador é, primeiramente, percorrer os povoados, “dar a notícia” nos botecos e armazéns, fixar o número de cabeças, local e data de partida. Salário, preço de passagem, às vezes, local de trabalho, não são informados. No dia combinado, num ônibus, fretado pelo agenciador, inicia-se a viagem até o local de trabalho. Neste momento, estabelece-se uma cadeia de dependência pessoal dos camponeses ao agenciador: empréstimo de dinheiro para deixar com a família, até o primeiro pagamento, ou mesmo para as despesas ocorridas durante a viagem. Este empréstimo é descontado, juntamente com outros, como por exemplo, a



Foto: Arquivo CEM

compra de carteira de trabalho para menores de 18 anos, nos primeiros pagamentos⁶. Juros cobrados, preços de passagens e de carteira são fixados por ele, os camponeses não sabem, de antemão, o quanto vão ser estes valores. “Ele não fala pra nós”. Só quando vem descontado é que a gente sabe. Nós assina o cheque, ele desconta, tira a parte dele e dá o resto pra nós.”

No entanto, suas atividades não param aí. Não se trata apenas de agenciar as cabeças. Após a chegada, duas ou três vezes por semana, percorre os alojamentos para “ver se não há problemas, se está tudo em ordem, se não tem coisa errada”. Verifica se todos estão trabalhando, se há problemas em virtude de bebedeiras, muito embora, chega, em alguns casos, a manter um boteco no alojamento, onde vende pinga, conhaque, bolachas, doces etc. Mas, não é só pelo negativo que ele se define. Constitui-se num elo entre cá e lá, entre os camponeses e sua família. É por seu intermediário, seu endereço pessoal, pois, mora na cidade, que são enviadas ou que chegam as cartas e/ou notícias de cá e lá. Se alguém morre, o elemento a ser contactado, a priori, é ele. Também é o elemento que além de vigiar, de olhar, “levanta o moral da turma”, “que anima”, “que dá esperança”, “que sempre diz que a safra logo acaba, e logo estarão com a família”. É o animador. É o “quebrador de galhos” quando “consegue” a carteira para os menores, ou uma vaga para os excedentes da cota.

Trata-se de um elemento ambíguo. Sua trajetória é a de um ex-camponês migrante, trabalhador da Usina. Auto-representa-se como um ótimo trabalhador que fez sacrifícios, que econo-

mizou e que “subiu” na vida graças ao trabalho árduo e honesto. Mineiro, necessariamente. Homem de confiança da Usina. Figura a ser imitada. Bom exemplo. Suas funções perpassam o nível do mercado de trabalho e do espaço reprodutivo. Olha, dá conselho, evita encrenca, controla a bebida. Por seu intermediário, pode haver ou não garantia de trabalho na próxima safra. Não é um elemento que castiga. Contribui para a normalização, para a moldagem destes homens transformados em corpos para o trabalho, só para o trabalho.

– O ESPAÇO PRODUTIVO

Vimos, que já na esfera do mercado de trabalho, processa-se uma diferenciação que se completará no ato produtivo. Aqui a vigilância é contínua em todos os níveis do trabalho dividido. O processo cooperativo caracteriza-se por uma engrenagem articulando o trabalho na agricultura e no interior da Usina.

O ato de cortar cana resume-se numa sequência de gestos, curvatura do corpo, manejo do facão, destreza, rapidez, dispêndio de força. Controla-se não apenas a quantidade de cana cortada, mas a qualidade do trabalho. Exige-se um corte rente ao chão, o aparar das pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas. Tudo se passa de uma forma combinada: corta-se, joga-se, fazem-se vários montes. No final da rua, volta e aparar-se as pontas. Reifícia o processo nas outras 5 ruas, até vencer o “taião” (talhão-parte). O trabalho do cortador combina-se àquele do seu precedente, desenvolvido pela equipe do fogo e aos dos seus sucessores bi-

tuqueiros, sinalizadores, aparadores⁷, carregadores, transportadores. Todos estes trabalhos combinam-se, por sua vez, àqueles da parte industrial, desde o descarregamento, controle de sacarose, moenda, pausterização, aquecimento, evaporação, centrifugação, no caso do açúcar e a fermentação, centrifugação, destilação, no caso do álcool. A quantidade de cana cortada é determinada pela indústria. Em virtude da cana não poder ultrapassar as 72 horas sem ser moída, sob pena de perder o teor de sacarose, tem-se que a intensidade do trabalho na parte agrícola é também determinada pela parte industrial.

O controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado, não escolhido entre os mineiros: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade diária de cana cortada por trabalhador. Forma-se, assim, a força produtiva do trabalho social. É a combinação das forças reguladas pelo tempo. Esta combinação ocorre graças aos mecanismos de controle criados no próprio processo de trabalho. Da mesma forma que a matéria-prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma disciplina cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. O manejo rápido do facão combinado à postura curvada do corpo e à agilidade dos braços permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral. Af, completa-se a fase do "treinamento" do corpo. Desaparecem as dores da coluna, "a gente acostuma". O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em auto-controle, deixando de ser um controle de atos, para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", daquele que corta entre 10 a 15 toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média, sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. "É pelo jogo desta quantificação... os aparelhos

disciplinares hierarquizam numa relação mútua, os "bons" e os "maus" indivíduos. Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor"(7).

Este controle disciplinar onipresente, visível, é apenas parte de uma rede de controle disciplinar produzida fora do espaço produtivo. A "figura" do "bom" e do "mau" cortador de cana é produto de cálculos e pesquisas de engenheiros e médicos, cujo objetivo é construir um perfil delineado segundo categorias analíticas e quantificáveis tais como idade, peso, estado civil, número de consultas médicas, cor.

Na safra de 85/86, o perfil dos 20 primeiros que mais cortaram cana, apresentava-se assim, na Usina investigada:

- a) quanto à idade. Entre 19 e 29 anos: 16 trabalhadores, ou seja, 80%; os demais (4) inseriam-se na faixa entre 30 e 35 anos.
- b) quanto ao estado civil. 14 eram solteiros, ou seja, 80%; os demais (6) eram casados.
- c) quanto à cor. (4), ou seja, 20% eram mulatos; (7), ou seja, 35% eram negros, perfazendo um total de 55%; os demais (9) eram brancos.
- d) quanto ao peso. Entre 60-65 kg, 14 trabalhadores, ou seja, 70%. Entre 66-67 kg, 5 trabalhadores. Apenas 1 apresentava-se com um peso superior a 67 kg: 75.
- e) quanto à consulta médica: 6 deles realizaram consultas durante a safra e 1 deles realizou 4 consultas.

A presença do médico não preenche apenas a função de providenciar a cura dos corpos doentes. Ele funciona como elemento fundamental na triagem dos corpos, mesmo antes deles serem postos em atividade. Os corpos chagásicos, os fracos, os velhos, os muito jovens, não vão para o corte. Destinam-se por ordem médica, às outras funções: faxineiros, cozinheiros, membro da equipe do fogo, sinalizadores, ajudantes no interior da indústria. O saber médico recomenda através de testes de ergonomia, psicológicos, físicos, a melhoria dos recursos humanos à disposição da Usina para a consecução da formação de

corpos bem treinados, disciplinados para o trabalho.

Estabelece-se, deste modo, um instrumento de medida de controle físico, orgânico, psico-social, moral, impregnado de valores ideológicos (burgueses e individualistas) tais como: crença na justiça, tendência ao "bom mo-cismo", "crença na interferência do próprio destino", princípios de "lealdade, honestidade", "capacidade de adiar recompensas", "auto-estima"⁸. Estes mecanismos são necessários ao bom funcionamento do corpo não só no momento do consumo da força, da energia, mas sobremaneira, como pré-disposição para o dispêndio desta força e energia.

Tudo se passa como se fosse um comando único, surgindo do próprio indivíduo, não exteriorizado. Fiscais, guardas, encarregados, técnicos e engenheiros de segurança, médicos, enfim toda a hierarquia de controle do poder constituem-se numa "pirâmide de olhares", onde não se visa a punição. "Aqui não se manda ninguém embora. A gente conversa, mostra o certo, dá conselhos. Mandar embora só em último caso" (técnico de segurança da Usina). Visa-se o aprimoramento, o perfil ideal de um trabalhador ideal, fragmentado para tarefas fragmentadas, obediente, dócil, heterônomo, longe do camponês do Vale. Buscam-se, no interior de cada segmentação, a conformidade, a aceitação de regras. Vai-se gestando um espécie de violência doce, ingrediente necessário neste processo de ajustamento do corpo e da alma(8).

- O ESPAÇO REPRODUTIVO

As técnicas disciplinadoras estendem-se à esfera reprodutiva dos 14 alojamentos distribuídos pela área da Usina, perfazendo um total de 3.200 homens, empregados na safra de 88. Alguns são antigas sedes de fazenda de café, remodelados para este fim. Outros, construídos recentemente, têm capacidade para alojar 200, 300, 500 e até 800 homens.

Em todos eles, há uma preocupação comum traduzida num conjunto de normas disciplinares do corpo e da conduta. Normas relativas à higiene, à limpeza articulam-se às proibições manifestas através dos jogos de baralho (o único permitido é o jogo de

tômbola), do ato de trazer garrafas de pinga para os quartos, o que possibilita escondê-las no meio do canavial, do ato de estender roupa nas portas e às normas relativas à conduta tais como ser cordial, honesto, assíduo ao trabalho, obediente aos horários.

O controle disciplinar é realizado, no plano imediato, por três "guardas", mineiros, migrantes camponeses como os demais, que se revezam em três turnos de trabalho durante as 24 horas do dia. Os "guardas" possuem as funções de "dar conselhos, olhar tudo: coisas, pessoas, chamar a atenção de quem estiver errado". Se sumir alguma coisa, "o "guarda" é responsável". "A ordem que a gente tem aqui é essa: ninguém pode ficar doente. A gente tem que comunicá. O "guarda" evita briga, dá conselho, não deixa levá arma para o quarto, é para isso". (José, "guarda" do Alojamento A.D. da Usina).

Os critérios de escolha do "guarda" não passam pela qualidade do corpo, enquanto força física. Ao contrário. São, em geral, aqueles impossibilitados para o trabalho do corte, por motivos de saúde. O critério é o "conhecimento" dele pela Usina. Pessoa de confiança da Usina. Ex-trabalhador, bom trabalhador. Não usa armas, nem qualquer outro instrumento

repressivo. Apenas o quepe o diferencia dos demais, externamente. Além da vigilância contínua sobre coisas e pessoas, o "guarda" "tem a obrigação" de "comunicá tudo" aos técnicos de segurança. Dispositivos de comunicação, tais como os rádios, instalados nos Alojamentos e nos carros dos técnicos, através de uma comunicação centralizada aliados ao registro diário do volume e cana cortado e afixado na entrada do Alojamento dão conta do desempenho de cada um, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo. O registro é feito através dos números correspondentes a cada trabalhador pois são numerados.

O controle moral é também exercido através da proibição de se levar mulheres ao alojamento. "Se querem nomarar, precisam ir à cidade. É difícil, quase não saem. Não vêm aqui pra isso. Vêm pra trabalharem" (técnico de segurança).

A figura do "guarda", assim como a do agenciador, é uma criação da estratégia do poder da Usina. Na verdade ele não é guarda, transforma-se em "guarda", investido de poderes de olhar e comunicar. Da mesma forma que vigia, é vigiado pelos seus superiores, os técnicos de segurança. É um elemento importante na dissimulação do poder, na medida em que é mineiro

como os outros. No entanto, ao ser investido de certos poderes delegados pela Usina, diferencia-se dos demais, individualiza-se no personagem "guarda" e só termina a representação no final da safra, quando retorna à sua antiga condição de camponês migrante. A volta à terra significa o retorno ao pertencimento comum, o final da individualização. Mas isto é apenas, temporariamente.

Um outro elemento importante é a análise da arquitetura do alojamento e o espaço onde ele se insere, espaço da Usina; cercado pela cana por todos os lados, unidade combinada, fruto de uma verdadeira "tecnologia política" que pode ser vista sob vários ângulos.

De certo, o isolamento espacial, longe da esfera tumultuada das cidades-dormitórios é um componente da desestabilização política do conjunto dos movimentos dos trabalhadores bóias-frias da região. Por outro lado, o isolamento impede ou dificulta a criação de uma sociabilidade com as pessoas do lugar. "Em São Paulo, a gente não conhece ninguém. É só nós mesmo. Se a gente vai à cidade é pra mandá dinheiro para família ou comprá alguma coisinha" (José, mineiro). Com isso, o tempo de lazer restringe-se infinitamente: assistir à televisão no alojamento aos domingos e depois do jantar, jogar tômbola ou futebol no campo construído ao lado do alojamento. Tempo é concebido como tempo de trabalho. "Eles vêm aqui para trabalhar".

Espaço da Usina, paisagem de cana, espaço da cana, alojamento, confundem-se numa coisa só. Natureza, homem, matéria-prima acham-se numa relação de pertencimento global à Usina. Espaço, natureza, homens moldados por ela. Antes, uma multidão de camponeses vindos dos povoados, das "morradas", das grotas. Agora, uma coleção de indivíduos numerados, separados. Cada qual se prende a seu lugar. Não se profbe a saída, mas, "a gente não sai". Individualidades que se comunicam entre si através dos "guardas", encarregados, técnicos, ou seja, os representantes do poder da Usina.

Entretanto, esta "tecnologia política" pode ser vista também sob o ângulo da própria arquitetura do alojamento cuja forma quadrangular abriga quartos com capacidade para 4 ou



Foto: Arquivo CEM

6 pessoas. No pátio central, outro conjunto quadrangular dispendo quartos, banheiros, tanques, cozinha, despensa, refeitórios. A arquitetura, do ponto de vista interno possibilita um controle articulado e detalhado de todos: os doentes, os faltosos, os bêbados, os que foram à cidade, os que estão trabalhando nos turnos noturnos. Os "guardas" percorrem todo o espaço interno, olhando, conversando, dando conselhos, registrando, comunicando. É uma arquitetura que permite "agir sobre aquele que abriga".

A arquitetura do alojamento resume-se no efeito-utilidade; local de recomposição das energias, das forças, local para dormir, comer, descansar. Tudo o que possa quebrar esta normalidade é evitado, anulado. A submissão aos horários; ao silêncio enquanto outros de turnos diferentes dormem; ao uso do banheiro ao invés de defecar no meio da cana; ao banho de chuveiro sem portas, para ser rápido, não ficar muito tempo enquanto outros esperam; à comida "sem os temperos da casa da gente"; constitui, juntamente com a normalização no espaço produtivo e com o controle difuso do mercado de trabalho, as bases sobre as quais assenta-se uma rede disciplinar que aumenta as forças do corpo, ao mesmo tempo que retira o poder deste corpo, expulsando, assim, o camponês do proletário.

O tempo dos barracões, dos gatos, dos salários vis foi substituído pelo dos alojamentos bem construídos, limpos, pelos agenciadores, pelos melhores salários. Os mineiros passam a produzir mais que o pessoal da cidade. Eles são preferidos. Por detrás desta "funcionalidade" fica uma pergunta. O capital conseguiu alienar estes camponeses? A resposta foi-me dada, por Antonio, do acampamento A.D. "Aqui a gente ganha dinheiro, tem tudo no alojamento, mas ninguém quer ficar aqui. A cabeça fica muito desorientada. Sempre pensando lá, na família que ficou, que não veio". Neste momento, percebemos seu olhar distanciando-se através da cana, como se quisesse ver além dela.

* (Maria A. Moraes Silva é Professora junto ao Depto. de Sociologia da F.C.L. - UNESP. Araquara-SP)



Foto: Arquivo CEM

NOTAS

- 1 - Faz parte de uma pesquisa que estamos desenvolvendo com camponeses(as) migrantes do Vale do Jequitinhonha/MG cujo destino é a agricultura capitalizada (cana, café) da região de Ribeirão Preto/SP.
- 2 - A denominação de camponês que estamos utilizando baseia-se na concretude das relações dos homens com a terra e dos homens entre si, tais como existem no Vale, a saber:
 - a) possuidores ou proprietários de pequenas glebas
 - b) pequenos parceiros
 - c) diaristas ("cacaieiros") que já perderam terras e vivem nos povoados. Conservam o "espírito camponês" de ligação com a terra e o lugar.
- 3 - Este conceito está estruturado basicamente nas obras **Vigiar e Punir, Microfísica do Poder e a Vontade de Saber**. Foucault apresenta as precauções metodológicas necessárias à análise do poder. "Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder no sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das Ideologias que o acompanham, deve-se orientá-la para a dominação, os operadores materiais as formas de sujeição, os usos e as conexões da sujeição pelos sistemas locais e os dispositivos estratégicos. É preciso estudar o poder fora do modelo do levitã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estadual. É preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação". Foucault, M. Soberania e Disciplina. In *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. R.J. Ed. Graal, 4ª ed., 1984, pg. 186.
- 4 - As informações que se seguem são frutos de nossa investigação referente a apenas uma Usina da região de Ribeirão Preto, responsável por uma produção de 1,2 milhões de litros de álcool e 20 mil sacas de açúcar diários, possuindo 25 mil ha de terras próprias e 15 mil ha arrendados em 1988.
- 5 - Referir-nos-emos à Usina, sem especificar seu nome.
- 6 - Em geral, os pagamentos são feitos semanalmente.

- 7 - **Bituqueiros**: os que recolhem os restos de cana deixados pelas carregadeiras; **Sinalizadores**: os que, munidos de uma bateria emitem sinais, durante a noite, para orientar os caminhões que transportam a cana; **Aparadores**: os que aparam as canas que saem fora das grades dos caminhões.
- 8 - Informações obtidas a partir de um projeto de pesquisa sobre a "Determinação do perfil do trabalhador rural da Usina...".

BIBLIOGRAFIA

- (1) Foucault M. Neetsche, **A Genealogia e a História**. In *Microfísica do Poder*. op. cit. pg. 28.
- (2) Silva, M.A.M. **A Migração de Mulheres do Vale do Jequitinhonha para S. Paulo. De Camponesas a Proletárias**. Travessia nº 1, 1988.
- (3) Silva, M.A.M. **As Andorinhas Nem Cá, Nem Lá**. Audio-Visual. CEDIC - UNESP Araquara, 1989.
- (4) Moura, M.M. **Os Deserdados da Terra**. Ed. Bertrand Brasil, R.J., 1988.
- (5) O mesmo não ocorre com aqueles inseridos em relações de parceria, de agregados, e posseiros das grandes fazendas. Confira a este respeito Moura, M.M. **op. cit.** e Engenheer, S.C.F. **A Pequena Produção e o Trabalho Feminino no Alto Jequitinhonha**. In *Trabalhadoras no Brasil*. Ed. Brasiliense, S.P. 1982, pgs. 135-162.
- (6) A respeito do tempo concebido diferenciadamente ver Lefebvre, H. **La Critique de la Vie Quotidienne**. L'Arche Editeur, Vol. II, Paris, 1961, pág. 52 e ss. Sobre a regulamentação do tempo no início do capitalismo industrial, ver Thompson, E.P. **Tiempo, Disciplina de trabajo y Capitalismo Industrial**. In *Tradicion, Revuelta y Conciencia de Classe*. Editorial Crítica, Barcelona, 1979, 239 e ss.
- (7) Foucault, M. **Vigiar e Punir**. 2ª edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 1983, pgs. 161, 162.
- (8) Sobre o conceito de **Violência Doce**, ver Bourdieu, P. **Les Modes de Domination**. In *Actes de la Recherche*, nº 2/3, juin, 1976, págs. 122-132.

LEITURA

COMISSÃO DE FÁBRICA E TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

Iram Jácome Rodrigues
São Paulo
Co-edição FASE/Cortez Editora
1990, 172 pp.

Em fins da década dos 70, grande parte das greves da região do ABC paulista que assinalaram o retorno da classe trabalhadora à política brasileira, foi dirigida por um organismo relativamente novo no sindicalismo do País: as comissões de fábrica. Algumas dessas comissões atuaram independentemente do respectivo sindicato: outras mantiveram fortes contactos com o sindicato oficial. Esses novos organismos que às vezes atuavam na clandestinidade, introduziram um elemento de renovação de dinamismo não só no movimento sindical mas também em todo o sistema de relações de trabalho brasileiro. Na medida em que as comissões que surgiram eram organismos não previstos na legislação sindical, sua atuação, à margem ou em colaboração com os sindicatos oficiais, significou um elemento que tendia a minar o modelo corporativo. As comissões de fábrica não necessariamente estavam subordinadas aos sindicatos oficiais. Assim, abriam o caminho para um relacionamento entre os trabalhadores e as empresas que passava ao largo não apenas da estrutura sindical mas também do Ministério e da Justiça do Trabalho. As comissões de fábrica constituíram, deste modo, um elemento perturbador de todo o modelo de relações de trabalho vigorante há muitos anos entre nós.

O presente livro do Prof. Iram Jácome Rodrigues estuda uma das principais experiências de implantação de comissões de fábrica surgidas da movimentação operária ocorrida no dobrar da década. Sua pesquisa, que analisa em detalhe o significado da comissão de fábrica para a afirmação da dignidade dos trabalhadores de uma das principais montadoras

do País, constitui um documento essencial para a compreensão não só de um importante momento da trajetória de nosso sindicalismo como também dos problemas e dilemas que envolvem a atuação de uma comissão de fábrica. (Por Leôncio Martins Rodrigues)

Iram Jácome Rodrigues

Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria

 CORTÉZ
 FASE

(Iram Jácome Rodrigues nasceu em Rio Branco-Acre, em 1949. É formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo onde também obteve o título de mestre em Ciência Política. Atualmente faz o doutorado em Sociologia por esta mesma Universidade. É professor na Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).



A LEMBRANÇA DO SUL

Paola Cappellin*

Foto: Arquivo CEM

Depois de 16 de março, dia inaugural do plano "Brasil Novo", os eventos vão rapidamente delineando um processo de recessão econômica, no qual se detecta a reorganização da oferta de emprego. Os jornais, reproduzindo as estatísticas do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), tornam manchete o desemprego que imediatamente atinge os trabalhadores da construção civil, da indústria e dos serviços. Além disso, quando os dados deste período são comparados com aqueles dos períodos imediatamente posteriores aos planos "Cruzado", "Bresser", e "Verão", observa-se que o plano "Brasil Novo" apresenta um impacto recessivo mais intenso, sendo que o desemprego e demissões atingem mais uma vez um tradicional segmento de trabalhadores urbanos: os nordestinos que haviam migrado para as grandes cidades do Centro-Sul.(1)

Homens e mulheres de todas as idades, e até grupos familiares, passam a povoar os terminais rodoviários; orçamentos familiares desestruturam-se; sonhos de uma vida melhor se esvanecem. O retorno para o local de origem não é novidade, muitos já o vivenciaram, alguns pensando que não mais voltariam a migrar, outros simplesmente para ajudar a família no período da colheita. Mas o que representa para estas pessoas a migração? O que elas carregam consigo na volta? O que fica como balanço de meses, anos de trabalho nas grandes cidades do Sul?



Foto: Arquivo CEM

Buscaremos responder a estas questões a partir de alguns resultados obtidos em estudos realizados entre 1980 e 1987 sobre um grupo de trabalhadores urbanos e rurais paraibanos que, após ter migrado para o Sul, retornam para o seu Estado.(2)

A VIAGEM PARA O SUL

No Brasil, as políticas de apoio à industrialização, vieram associadas ao propósito de reduzir as desigualdades regionais Nordeste-Sul e de elevar o padrão de existência da população trabalhadora. Entretanto, o caminho desenvolvimentista, empreendido com maior decisão durante o governo Kubitschek, fortaleceu a formação de centros industriais-urbanos que se tornaram fontes dinâmicas de emprego e, por isso, pólos de atração para os trabalhadores de todo o país.

No projeto de vida de muitos trabalhadores nordestinos, a migração para os grandes centros urbanos do Sul aparece como sendo a possibilidade de uma radical mudança não só na sua trajetória ocupacional, mas fundamentalmente na sua situação de classe. Ir para Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro é visto como um passo obrigatório para quem deseje romper com as amarras da tradicional sujeição ao proprietário de terra, para quem busca um meio para complementar a precária sobrevivência em seus pequenos lotes ou em terras cedidas ou arrendadas e para quem queira se defender da ameaça de expulsão. Todos os estudos sobre a classe operária nos anos 50/60/70 necessariamente acabam fazendo referência às formas de incorporação da população de origem rural ao mercado de trabalho urbano-industrial nas capitais do Sul.

Na trajetória ocupacional dos assalariados paraibanos, sejam eles vinculados à agricultura ou à indústria, a experiência migratória é ainda hoje marcante. As histórias ocupacionais de 154 trabalhadores residentes em cinco municípios paraibanos, mostram que quase a metade destes têm realizado mais que uma viagem para o Sul – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – em ordem de importância. Em muitos casos, as idas foram repetidas várias vezes, totalizando até quinze viagens para alguns trabalhadores. Nas sucessivas viagens os migrantes não

buscam as mesmas empresas nem tampouco os mesmos setores econômicos. Eles têm trabalhado em indústrias têxteis, alimentares e confecções ou também no comércio ou nos serviços. Contudo, entre as mais variadas ocupações os paraibanos encontram, com maior frequência, trabalho na construção civil. Isto é, no ramo onde se recruta com facilidade quem não tem qualificação e onde não se faz distinção entre trabalhadores de origem rural ou urbana.

O QUE SE BUSCA NO SUL

Entre os ASSALARIADOS URBANOS paraibanos a busca de emprego no Sul tem objetivos precisos. O espaço da grande cidade é visto como uma fonte inesgotável de oferta de trabalho. O que desejam é trabalhar em uma empresa de grande porte onde as relações com os empregadores sejam diferentes daquelas dominantes na Paraíba. Também desejam viver em uma cidade onde as regras de comportamento apareçam livres daquele controle social sofrido na cidade de origem.

F. (28 anos)

"Eu só vou para São Paulo, na casa de meu irmão e de lá procuro trabalho. Não está fácil em gente tem a cidade grande que quando não arranjo num canto posso achar em outro. Aqui quando sai de um emprego não tem escolha, ou fica parado ou vai embora. se eu viajar para J. Pessoa não vai dar certo, eu vou ter duas despesas: eu lá e minha mulher aqui com o menino. O salário não vai dar. Eu vou para São Paulo e depois mando buscar."

C. (25 anos)

"Tem diferença porque os donos, lá em São Paulo, entendem quando a gente está em precisão. Eu estive internada em São Paulo. O médico deu o atestado. Aí o dono não queria mesmo que eu voltasse quando estava me recuperando. Não aceitava que eu ficasse trabalhando. Aí eu fiquei mais tempo em casa. Aqui fui operada também. O médico só deu um mês e eles na empresa não me davam

mais. Voltei a trabalhar rápido. Teve que trabalhar mesmo."

Às vezes a ida para o Sul não representa a busca de uma mudança dos padrões de comportamento, nem tampouco uma nova inserção profissional. Procura-se simplesmente um nível remunerativo mais alto em vista da futura aposentadoria.

A. (53 anos)

"O engano do Nordeste é o Sul. Quando a pessoa vai para o Sul não acredita. Só uma coisa é diferente e se torna boa: é quando a pessoa chega a se aposentar por lá, pelo Sul. A vantagem é melhor. Pois muitos foram trabalhar, passaram lá três ou mais anos e quando vêm já podem se aposentar com trinta anos de INPS pelo Sul. Só tem essa vantagem"

A imagem que na indústria e na grande cidade as relações de trabalho e os padrões de comportamento se pautam por regras diferentes, arraigou-se com força na mentalidade nordestina, e tal convicção é reafirmada também pelos trabalhadores que se recusam a percorrer novamente o caminho para o Sul. Emprego na fábrica e vida na grande cidade não estimulam, ao contrário, desencorajam aqueles que não se sentem capazes de se adaptar à nova situação.

M. (35 anos)

"Eu fui para Rio de Janeiro cinco vezes, foi na época que meu marido me deixou. Trabalhei dois anos em casa de família. Tinha também a fábrica, mas ficava muito longe. Eu pejejei para ir na fábrica, mas meu irmão disse que eu não ia porque ele não podia me buscar todas as noites. Eu sozinha não podia vir de meia noite porque é perigoso. Eu dormia então na casa de família e voltava em casa de oito em oito dias. As minhas crianças ficavam com a minha família. Eu não gostava, chorava todas as noites, me lembrava de meus filhos. Agora não volto não. Se for necessário eu peço esmola, mas não vou embora."

Nas lembranças não desapare o

conflito entre o projeto ocupacional e as condições de vida. A ida para o sul visa o emprego mas também há exigências fundamentais que extrapolam o cotidiano na prática de trabalho. O novo emprego exige uma reorganização do lar e a revisão dos laços afetivos, isto é, exige uma nova solidariedade familiar.

Os ASSALARIADOS RURAIS paraibanos são menos otimistas que os operários quanto às perspectivas de melhoria oferecidas pela migração. Tais perspectivas parecem ter-se paulatinamente dissolvido e a migração é somente uma entre outras alternativas. O que tem levado os trabalhadores rurais a reconsiderar este caminho tradicional? É talvez, o descrédito nas oportunidades aparecidas nas grandes cidades? As repetidas viagens para o Sul em outras épocas são sempre um meio para o confronto com as experiências relatadas por parentes, amigos e, talvez por isso, já não incentivam mais as esperanças ou os desejos de mobilidade social.

Os meios de comunicação de massa têm reduzido a distância entre as áreas rurais e o espaço urbano e nesse mesmo sentido influíram as periódicas experiências de viagens. Em dez anos vários assalariados têm feito mais de quinze viagens para o Sul.

Durante estes últimos vinte anos o mercado de trabalho sofreu tamanhas mudanças que alterou a imagem deste ser o resultado do livre jogo da oferta e da demanda de emprego. As experiências migratórias dos anos 60 e 70 mostram aos trabalhadores que o mercado de trabalho não está aberto em todos os seus setores. Os trabalhadores rapidamente se convencem que não ter qualificação, e não ter experiência de vida no meio urbano torna bastante difícil sua inserção em empregos estáveis. Sempre mais consolidada-se neles e convicção de que só encontra-se um trabalho, com certa facilidade, na construção civil. Esta mesma imagem reaparece quando eles falam com os companheiros que desejam viajar para o Sul, ou mesmo quando eles próprios avaliam a possibilidade de voltar a migrar.

G. (32 anos)

"Eu fui duas vezes para São Paulo. Eu trabalhava na construção civil. Trabalhei sempre no mesmo



serviço. Tinha muitas qualidades de serviços, mas eu achei sempre na construção. Mas tinha muitas qualidades de serviços, mas só para quem tem letra. Quem tem letra, quem tem experiência pega um serviço bom... Mas quem não tem só pega fraco."

Assim, se de um lado perdem-se muitas ilusões, de outro consolida-se a certeza de que a viagem é feita para procurar "qualquer trabalho" e não necessariamente um emprego nas fábricas. Mais do que isso! Ao se sentirem excluídos do trabalho nas fábricas e à medida que conhecem a vida nas grandes cidades, os assalariados rurais percebem que a falta de escolaridade, o fato de nem mesmo saber assinar o próprio nome, os discrimina não somente no recrutamento na indústria, mas no terciário e na própria agricultura. Tudo isso fomenta neles uma resistência à migração.

J. C. (30 anos)

"Nunca teve vontade de sair da Paraíba. O povo tem uma besteira de dizer: vamos para o Sul. Eu digo: eu não vou. Aqui eu tenho vida tranquila e lá o sujeito deve dar um duro danado. Na rua grande, só se tiver muita letra para se empregar. Eu não procurei ser colono no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)? Mas eu não sei assinar, eu não sei ler. Se eu subesse assinar, já teria me colocado. Tem que saber assinar."

R. (49 anos)

"Eu viajei quatorze vezes para o Rio de Janeiro. Lá trabalhei na entrega. O patrão era muito bom. Lá não trabalhei com carteira assinada. Nunca tive a carteira assinada. Se o cabra não tiver algum estudo não arruma nada. Só arruma o que eu arrumei mesmo. Eu morava na favela, eu sei porque tinha muita malandragem. Eu estava lá vendo aquele estilo de vida. Eu fiquei assombrado e vim embora."

O QUE CONTAR NA VOLTA

O relato de uma experiência migratória nunca é linear; não costuma resgatar exclusivamente vantagens ou desvantagens, assim como não se limita a descrever o vivenciado. Frequentemente os entrevistados comparam sua experiência com a situação presente de tal forma que se superpõem ilusões e desilusões. A distância entre passado e presente pode se ampliar ou se reduzir, ou até desaparecer com extrema facilidade. Aparentemente, as recordações são articuladas pelas aspirações e expectativas individuais de quem relata sua própria vida.

O que caracteriza as lembranças de quem volta? A experiência no emprego é ainda a referência mais importante? Quais outras relações na vida cotidiana são resgatadas pelos trabalhadores que voltam ao seu lugar de origem?

Uma vez retornados, os assalariados paraibanos, sejam eles rurais ou urbanos, já não parecem mais atribuir muita importância ao emprego como principal objetivo de suas saídas. A busca do emprego abre o caminho para outros desafios na esfera da própria existência e, a posteriori, tudo acaba se superpondo em uma experiência extremamente complexa.

O cotidiano fora do horário de trabalho, as exigências de consumo, a violência urbana, o aumento do custo de vida, são todos aspectos que intervêm no relato daqueles que foram ao Sul e de lá voltaram. É como se o maior espaço na memória dos trabalhadores fosse ocupado não pelo que procuravam naquelas idas, mas pelo inesperado que encontraram nas grandes cidades. A novidade orienta a memória e dá sentido à viagem.

F. (31 anos)

"Depois que eu cheguei da viagem, nestes dois anos que estou aqui, tive vontade de voltar para S. Paulo. Porque ir é bom demais. Para voltar é bom também. No começo não se arranja um serviço bom. Se sofre nos primeiros dois, três meses em São Paulo. Os patrões, eles dão um vale. Mas depois de uns dias nós temos que comprar roupa, sapatos. Aqui em C. o cabra anda de tudo jeito, mas lá em São Paulo o cara deve usar roupa e sapatos. Eu muitas vezes comprava uma roupa, usava, melava com graxa e não tinha quem lavasse. Até eu encostava aí num canto. Lá em São Paulo para sair de noite, só se for três ou quatro pessoas. Tem muitos malandros que dá porrada. Se sair sozinho eles pegam, tomam relógio, tomam dinheiro. Um matuto como eu, dá em mim, e feliz quando não matam. Aqui em C. é liberto, a gente não tem inimigo, dorme de porta aberta."

G. (32 anos)

"São Paulo sempre é região do Sul. Nunca falta serviço. Tudo mundo trabalha: é homem, é mulher. Até de menor. No Sul tem indústria e no Nordeste não tem. A pessoa que chega lá no Sul fica perdido. Não tem local fácil para alugar, não tem amigo, não tem conhecidos, não tem um irmão."

Nas aspirações que compõem o projeto de vida dos assalariados rurais e urbanos da Paraíba, somente há uma "vantagem" em residir nas grandes cidades do Sul: a possibilidade de um emprego. Em seus relatos, porém, tal "vantagem" vem sempre acompanhada com a lembrança da profunda saudade pelo lar provisoriamente deixado.

Nas recordações da viagem aparece a vontade de não perder sua inserção no local de origem, de não abandonar seu passado, de conservar, apesar de todas as possíveis vantagens adquiridas, as relações afetivas da família e do lugar de origem. O sentimento de erradicação, a nostalgia dos que ficaram acabam ocupando as lembranças da experiência sofrida.

A MIGRAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA RESSOCIALIZADORA

A experiência migratória é parte importante das modalidades de vida dos trabalhadores nordestinos e sua trajetória, não sendo linear, os confronta com práticas muito diferenciadas que além de deixar marcas profundas na sua formação, os joga em um descontínuo processo de integração e exclusão social.

Das frequentes mudanças que caracterizam a formação destes trabalhadores, é possível resgatar um significado de "acumulação de experiências". A migração renova permanen-



Foto: Arquivo CEIM

temente a socialização dos trabalhadores. Graças ao confronto entre campo e cidade, ou pequeno e grande centro urbano, eles ampliam seus conhecimentos, reconsideram suas aspirações, delineiam seus projetos de existência. É neste sentido que podemos dizer que a migração é um processo de RESSOCIALIZAÇÃO.

A migração é um processo de mudança das relações sociais que se formam na cidade donde os trabalhadores partem, que se transformam durante sua residência na metrópole e se redimensionam quando estes retornam ao local de origem.

O balanço que eles fazem avalia a experiência migratória à luz desta trajetória de vida que os leva a recuperar aos poucos os elos que eles nunca perderam com sua cidade natal.

O emprego no Sul mostra ao trabalhador paraibano que na relação de trabalho estão implícitas algumas regras jurídico/sociais ignoradas no local de origem: o contrato legalmente estabelecido; a despersonalização na relação empregado-empregadores; os pré-requisitos básicos para o acesso ao mercado de trabalho (saber ler e escrever, conhecer os códigos de comportamento no contexto metropolitano).

A grande cidade também é um novo ambiente no qual o trabalhador deve aprender a se movimentar. O mercado de trabalho parece amplo e diversificado, porém para ele tudo é novidade e a circulação dentro desse mercado é limitada pela concorrência entre trabalhadores (mesmo entre os migrantes); por ele ter que morar no subúrbio ou na favela; por ele não ter reserva em dinheiro, obrigando-o a aceitar qualquer trabalho. Nesse contexto a permanência no Sul impõe-se como um enorme "sacrifício".

Este processo de ressocialização aos poucos leva o trabalhador a reavaliar algumas características de seu lugar de origem. Ele não esquece que lá não havia emprego, mas agora num jogo de comparações, ele pode constatar as vantagens que o lugar de origem ainda preserva. A ausência da violência urbana; a descoberta que por ele "ser do lugar" pode dominar todas as situações; as características do mercado local de trabalho que lhe permitem articular o emprego urbano (irregular ou precário) com o vínculo à terra

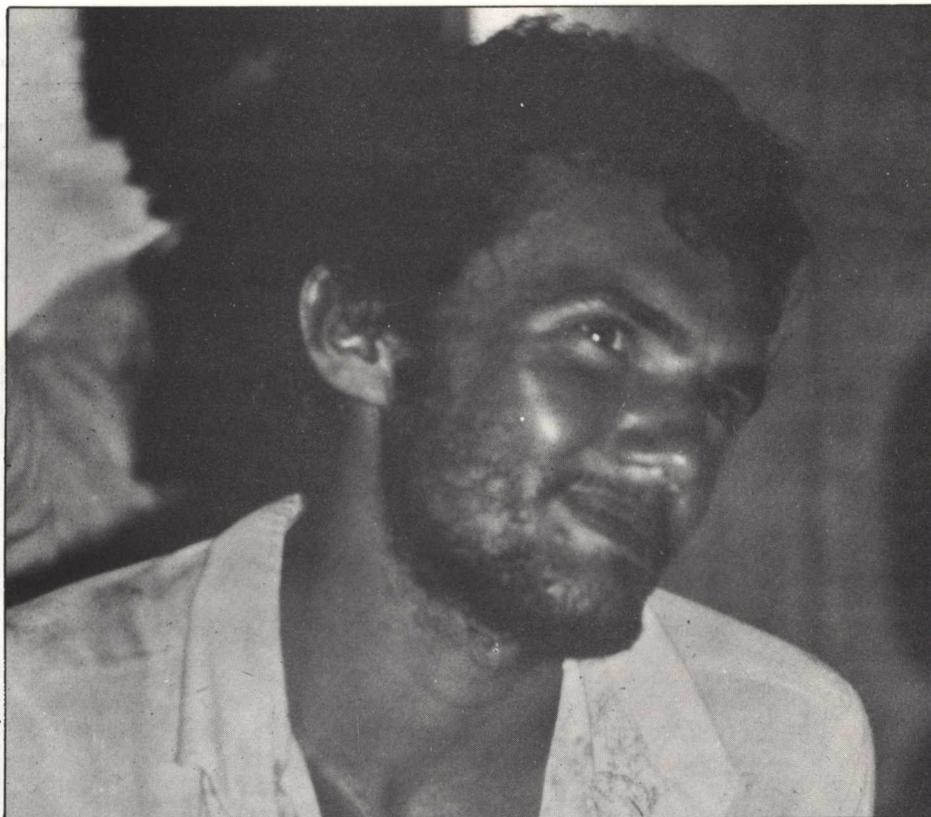


Foto: Arquivo CEM

(temporário ou instável). O fato de ter regressado do Sul dá ao trabalhador uma sensação de vantagem no mercado local de emprego, por destacá-lo face aos empregadores. Por isso tudo, o retorno assume um significado explícito de não estar mais à mercê de toda e qualquer discriminação, de não ter mais que se confrontar com suas próprias incapacidades, tão evidenciadas no cotidiano de uma grande cidade.

A migração é uma ressocialização já que aquele que viajou nunca volta igual. Graças à vivência nos dois cenários, Nordeste e Sul, o trabalhador se reinsere no lugar de origem com uma mais complexa visão do mundo do trabalho e da vida proletária. Ele percebe que o assalariamento é uma relação de trabalho que o submete a um ritmo de estenuante desgaste e que o subordina no plano hierárquico e disciplinar. Mas percebe também que esta relação tem uma contrapartida que lhe cabe reivindicar e defender: os direitos trabalhistas. Ao ter conhecido uma nova situação de cidadania, o migrante, na sua volta ao local de origem, encontra maior força para barganhar, entre outras coisas, a assinatura da carteira de trabalho, a

delimitação da jornada de trabalho, a definição do salário.

Finalmente, a experiência migratória termina criando um paradoxo. Graças à permanência no Sul, o trabalhador paraibano tem adquirido maiores conhecimentos, uma consciência de cidadão e uma "nova" inserção no mercado local de trabalho. Tudo isso que em princípio poderíamos considerar um desenvolvimento pessoal e social, leva alguns destes trabalhadores a se tornarem os mais decididos desestimuladores daqueles que se propõem a percorrer os mesmos caminhos.

*Paola Cappellin é socióloga, professora do Instituto de Filosofia e C. Sociais da UFRJ

NOTAS

- (1) Ver Folha de São Paulo, dias 16/05/1990; 18/05/1990; 23/05/1990; e o Jornal do Brasil 22/04/1990; 20/05/1990; 27/05/1990; 10/06/1990, entre outros.
- (2) Paola Cappellin "Relations agriculture - industrie et marché du travail dans l'état de la Paraíba, Brésil" tese de Doctorat, Nanterre 1984; e: "Salarariat de l'agriculture: relations de travail et relations de pouvoir" VII Congresso Mondiale de Sociologia Rurale. Bologna 1988.



*Saúde e trabalho:
as especificidades do urbano e
do rural*

Foto: Arquivo CEM

Lúcia Couto*

I) INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos discutir a forma dominante de tratar a relação SAÚDE E TRABALHO, elaborada segundo as necessidades específicas do universo urbano-industrial. O modelo médico que se desenvolveu de acordo com os interesses da burguesia industrial, tem se prestado a garantir a produtividade industrial e reforçar a dominação ideológica, ao mesmo tempo que excluiu de suas prioridades, os problemas de saúde dos trabalhadores rurais. Nosso propósito nesse estudo é discutir, desde uma perspectiva crítica, as concepções e práticas dominantes em medicina do trabalho, evidenciando seus limites de operacionalização e eficácia no que tange ao controle da nocividade do trabalho fabril, e principalmente, sua inaplicabilidade ao universo de trabalho rural.

II) A MEDICINA DO TRABALHO NA ÓTICA DA DOMINAÇÃO

As concepções dominantes em medicina desenvolveram-se orientadas segundo os interesses que regulam o mundo da produção capitalista. Nessa perspectiva, a saúde dos trabalhadores é tratada socialmente como problema passível de soluções estritamente técnicas, sem que se procure aclarar a relação intrínseca existente entre as condições de saúde e as relações sociais de produção. Por exemplo; os acidentes no trabalho são concebidos pela ótica tecnicista dominante, como problemas que podem ser resolvidos pelas orientações da engenharia de segurança, pela elaboração de dispositivos de segurança a serem adaptados nas máquinas, através de cursos de orientação para os trabalhadores etc. As doenças profissionais constituem-se num outro exemplo marcante. Os estudos priorizam sobretudo, o isolamento dos fatores geradores de doenças, possíveis de serem quantificados nos ambientes de trabalho (poeiras, fumos, vapores tóxicos, etc.), e as medidas preventivas visam o isolamento do trabalhador de um ambiente considerado irremediavelmente nocivo, (máscaras protetoras, protetores auriculares contra o excesso de ruídos, luvas no manuseio de produtos

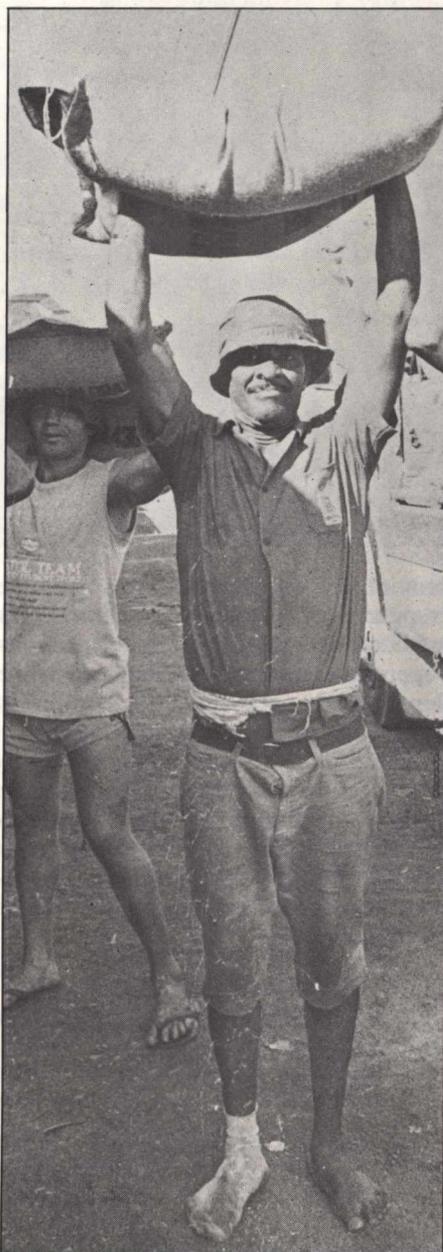


Foto: Arquivo CEM

químicos, etc.). A partir da ótica dominante, intenta-se fundamentalmente manter os padrões de produtividade do trabalho exigidos no processo de acumulação, minimizando os efeitos danosos do trabalho para o corpo de quem trabalha, sem contudo questionar a organização do processo de trabalho ou as relações sociais que lhe dão suporte.

É na dinâmica desse tipo de organização social que a inserção do indivíduo na esfera produtiva, leva-o à perda da autonomia no controle e uso do corpo. Esse "ser produtivo" implica na subordinação direta e indireta do corpo às regras que orientam a produção material. Subordinação direta no âmbito da produção seja no que se refere às relações de trabalho seja no estabelecimento do complexo homem-máquina. Subordinação indireta no que tange à disciplinarização do corpo "para o trabalho" que se verifica de maneira a extrapolar os limites dos muros da fábrica, indo interferir na organização do cotidiano da vida.

O indivíduo que trabalha, ao ser submetido às relações sociais de produção capitalistas, cujos objetivos que orientam as regras são a valorização do capital e garantia de um sistema de dominação específico, tem seu ser biológico violentado no cotidiano de trabalho e fora dele. A organização e divisão do trabalho, os ritmos e intensidade, assim como o padrão de reprodução da força de trabalho, constituem-se em determinações que lhes são exteriores. O tratamento social dado ao corpo assemelha esses indivíduos a partes da própria maquinaria em que operam. A violência que resulta dessa forma de tratar a corporalidade no trabalho se expressa de diversas maneiras, nas formas de adoecimento lento e gradual ou abrupto, que podem tolher a capacidade de trabalho do indivíduo de maneira parcial (temporária ou permanente), ou total.

As doenças e acidentes, enquanto expressão do desgaste do corpo no processo de trabalho, constituem-se em graves problemas sociais. Para estes a sociedade respondeu com o desenvolvimento de áreas específicas do conhecimento científico, que tem se empenhado (em alguns países mais e em outros menos), em detectar os fatores nocivos e desenvolver formas de prevenção (Higiene e Segurança do trabalho).

As concepções dominantes em medicina do trabalho (assim como para a ciência médica em geral), desenvolveram-se de maneira a atender interesses econômicos específicos. As preocupações que orientaram as classes capitalistas e o Estado na condução das questões referentes à saúde dos trabalhadores urbanos, foram desde o inf-

cio: 1) a conservação da força de trabalho em níveis que possam garantir um padrão de reprodução do capital dentro das exigências do sistema social vigente; 2) a redução dos custos com doenças, acidentes e morte entre os trabalhadores. Com essas questões de fundo desenvolveu-se um modelo médico voltado para os ambientes de trabalho e para os espaços urbanos, de maneira a minimizar as contradições e aliviar as tensões sociais que se geram e ameaçam o sistema.

O papel social historicamente determinado para os intelectuais da área de higiene e segurança do trabalho, tem sido o de garantir mão-de-obra minimamente saudável assegurando os níveis de produtividade industrial num sistema de produção que subsiste pela exploração do trabalho. Essa conduta implica efetivamente em criar situações que favoreçam objetivamente ao patronato, embora à primeira vista as atitudes apareçam como de "proteção" ao trabalhador.

Na perspectiva da dominação, a relação saúde/trabalho vem sendo tratada socialmente como um problema da esfera urbano-industrial, passível de soluções técnicas elaboradas em escritórios, consultórios médicos e laboratórios de estudos ergonômicos e toxicológicos. (1) As questões sociais implícitas nessa problemática permanecem ocultas, de maneira que a organização do processo de produção, bem como as relações sociais que lhe sustentam não precisam ser questionadas. Como se estas últimas fossem invioláveis. As formas de controle da nocividade do trabalho, desde a ótica dominante, surte efeitos apenas paliativos visto que, tangenciam os fundamentos reais da nocividade contidos nas dimensões de exploração e dominação das relações sociais que orientam a organização do processo de trabalho e definem as técnicas de produção.

Médiate essa qualidade científica urbano-industrial adquirida histórico-socialmente pela medicina do trabalho, o universo de trabalho rural foi colocado à margem das preocupações preventivistas de saneamento dos ambientes de trabalho. Nos primórdios do desenvolvimento industrial, o rural tornou-se preocupante apenas no que tangia às endemias, patologias nutricionais e outros problemas de saúde característicos daquele meio, de onde



Foto: Arquivo CEM

provinham os trabalhadores que se engajariam no trabalho industrial. Os médicos de empresa serviam para recuperar essa força de trabalho migrante depauperada pelas precárias condições ambientais de seu meio de origem.

Entretanto, no que tange aos estudos, pesquisas e estabelecimento de normas que regulamentem as medidas de higiene e segurança no campo, tem havido sempre uma ausência importante das ações institucionais públicas ou privadas.

III) SAÚDE E TRABALHO NO MEIO RURAL: UM DESAFIO À MEDICINA DO TRABALHO

As especificidades do universo de trabalho rural colocam questionamentos importantes para o modelo urbano-industrial de medicina que se desenvolveu com vistas à gestão das questões de saúde no âmbito da indústria.

O ambiente de trabalho rural, longe de constituir-se um paraíso ecológico de silêncio, oxigênio e alimentos naturais, toma uma conformação particularmente insalubre, seja pela agressividade natural ao meio, seja pela brutalidade com que é tratado o corpo do trabalhador submetido a mecanismos particulares de dominação e exploração do trabalho.(2).

Os trabalhadores rurais, indepen-

dentemente do tipo de atividade produtiva, encontram-se expostos a mais diferentes fatores de desgaste físico, que efetivamente somam-se uns aos outros compondo um quadro de insalubridade bastante grave. As técnicas e métodos obsoletos de produção, as longas jornadas de trabalho, a exposição constante às intempéries, a contaminação do meio, o risco de acidentes seja pelos instrumentos e maquinaria pesada, seja pelos animais peçonhentos e substâncias tóxicas, má nutrição somado ao esforço físico demasiado, todos esses fatores devem ser analisados conjuntamente.

A intervenção do Estado com relação à higiene e segurança do trabalho rural, procura reproduzir para essa realidade específica, as orientações que foram elaboradas com vistas à realidade de trabalho fabril.

Elaboram-se folhetos educativos, com vistas à orientação dos trabalhadores rurais quanto ao uso da maquinaria agrícola (tratores e moto-serras principalmente), quanto ao risco de picadas venenosas (acidentes ofídicos) ou doenças pestilenciais (febre bubônica), quanto ao uso de agrotóxicos, etc. Por outro lado, os técnicos desenvolvem dispositivos de segurança para serem adaptados à maquinaria, com o objetivo de reduzir o risco de acidentes mutilantes. Enfim, todas as medidas que visam a prevenção/neutralização da nocividade do trabalho rural



(a exemplo do que ocorre para o trabalho fabril), procuram efetivamente tratar os fatores de risco de forma isolada e a partir de uma concepção puramente técnica.

Se na fábrica essa atitude técnica presta-se efetivamente a paliar os efeitos nocivos do trabalho, para o campo essa conduta recai no vazio operacional.

Desde a organização espacial e técnica do trabalho (dispersão espacial dos trabalhadores nas diferentes atividades produtivas), às relações sociais de exploração e dominação (formas particulares dos sistemas de dominação e da cultura), a mentalidade arcaica dos patrões e o baixo grau de escolaridade dos trabalhadores, todos estes fatores constituem-se em barreiras importantes à aplicação do modelo urbano-industrial de medicina do trabalho no meio rural.

É impossível, portanto, aplicar para o trabalho agrícola um modelo de medicina do trabalho estruturado sobre as necessidades urbano-industriais.

Nessa perspectiva, a atual concepção dominante não pode efetivamente elaborar um modelo de medicina preventiva (higiene e segurança do trabalho), sem questionar profundamente a organização do trabalho, as condições técnicas em que se efetua e as relações sociais que dão suporte ao universo de trabalho rural.

IV) CONCLUSÃO

Com esse estudo procuramos evidenciar o que se tornou uma necessidade social urgente: a transformação das concepções que têm dominado as práticas de medicina no controle da

nocividade do trabalho. A problemática saúde/trabalho no universo rural explicita de maneira contundente as questões sociais implícitas nessa temática, que, no meio urbano-industrial são revestidas de uma roupagem estritamente técnica. Em outras palavras, se as práticas institucionais de controle médico da nocividade do trabalho nas fábricas, conseguem, do ponto de vista operacional, atingir seus objetivos preventivistas sem questionar a face da exploração do trabalho, em se tratando do universo rural essa atitude torna-se inoperante pois esbarra frontalmente num contexto social particular, impermeável à ideologia técnico-científica.

Qualquer medida que vise a eliminação da insalubridade do trabalho agrícola, tem por tarefas preventivas primárias: mudanças nas condições sociais que embasam o processo pro-



ductivo e nas condições materiais sob as quais se organiza o processo de trabalho. Tais mudanças referem-se à extensão da jornada de trabalho (limites legais/aumento do tempo livre para repouso e lazer); intensidade do trabalho (poder ser reduzida pelo emprego de tecnologias modernas); níveis salariais (novos padrões de reprodução da força de trabalho); assistência médico-sanitária quantitativa e qualitativamente coerentes com as necessidades da população trabalhadora do campo; e controle institucional efetivo, cursos de orientação de higiene e segurança, que por sua vez só serão profícuos se se empreende o processo de alfabetização da população rural. Trata-se, portanto, de tornar cidadã essa massa excluída, de tornar salubre a vida.

Somente com transformações substanciais nas bases da produção e nas concepções e práticas institucionais para a saúde, é que se pode efetivamente elevar os níveis de saúde da população trabalhadora, seja do campo ou da cidade.

*Lúcia Couto é Médica; Mestre em Sociologia Rural/UFPB e Professora de Fisiologia da Universidade Estadual da Paraíba.

NOTAS

- (1) Os estudos ergonômicos, em princípio, devem tratar as formas de adaptação do trabalho ao homem. Entretanto, na perspectiva patronal, a ergonomia se presta efetivamente ao desenvolvimento de técnicas que buscam incrementar a produtividade. Os estudos toxicológicos a que nos referimos, são as medições feitas nos ambientes de trabalho com vistas à quantificação dos elementos nocivos. Por exemplo: quanto de substância tóxica existe em determinadas poeiras circulantes, ou vapores, etc.
- (2) Tivemos oportunidade de discutir minuciosamente essa questão no trabalho intitulado: "A saúde na fala dos trabalhadores do desfibramento do sisal". Tese de mestrado em sociologia rural. UFPB, Campus II. C. Brande, 1990.

BIBLIOGRAFIA

- Laurell, A.C. e Noriega, M. Processo de Produção e Saúde. (Trabalho e Desgaste Operário), Hucitec, São Paulo, 1989.
- Oddone, I. et al. Ambiente de Trabalho: A luta dos trabalhadores pela Saúde, Hucitec, São Paulo, 1986.

Em pesquisa realizada com migrantes residentes em São Paulo nos anos de 1982-84, verificamos que o desejo de trabalho por conta própria estava presente na maioria deles. Em geral atribuíam a esta atividade a possibilidade de ganhar maior do que o salário fixo, além de lhes permitir liberdade, tendo em vista ser esta uma relação de trabalho sem a presença do patrão e/ou chefe, sem horários fixos e outras regras próprias da relação de trabalho assalariada.

Constatamos que este desejo não representa algo abstrato, que só se expressa no pensamento do migrante, mas a importância do trabalho por conta própria é evidente na realidade urbana, seja em capitais do Nordeste ou nas grandes metrópoles do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A expectativa do migrante e a realidade social exibem uma evidente contradição com a tendência do capitalismo em concentrar e centralizar capitais e a conseqüente desestruturação do trabalho por conta própria. O conflito entre a visão do migrante e as tendências mais gerais do capitalismo coloca-nos duas questões:

- 1) Como entender a existência do trabalho por conta própria em regiões industriais onde predominam ou deveriam predominar as relações de trabalho assalariadas?
- 2) Esse ideal do migrante pode ser atribuído ao fato de que as relações de trabalho no campo se baseiam principalmente em relações com caráter autônomo, como é o caso do pequeno proprietário, morador, parceiro, rendeiro?

Vamos discutir as duas questões com base numa breve recuperação de pesquisas e estudos sobre este tema.

TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA E ASSALARIADO: ESTRATEGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A existência do trabalho por conta própria tem sido objeto de inúmeras pesquisas e estudos, gerando diversas interpretações.

Segundo excelente resenha bibliográfica do tema "Urbanização, mercado de trabalho e pauperização no nordeste brasileiro", de Carvalho (1986) podemos destacar três principais in-

terpretações.

A primeira entende que o trabalho autônomo pertence ao Setor Informal, que compreende o emprego doméstico, biscates, prestação de serviços,



Foto: Arquivo CEM

pequena produção de artigos de consumo como alimentos, vestuário e calçados e pequeno comércio. Estas atividades são consideradas informais porque não são regulamentadas e, em geral, oferecem precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores.

É uma espécie de "fonte de emprego em última instância", ou seja, frente à impossibilidade de emprego no setor formal, os trabalhadores têm que apelar para estas atividades precárias. Tal forma de trabalho é provocada pela incapacidade do modelo de industrialização e desenvolvimento em gerar empregos no setor moderno da economia, de modo a absorver a crescente força-de-trabalho urbana (Carvalho, 1986:5). Esta visão leva-nos a pensar que a solução para resolver as condições precárias de vida típicas do "Setor Informal" seria expandir o mercado de trabalho formal, onde se teriam condições regulamentadas de trabalho: salário, horário, assistência previdenciária e outros direitos trabalhistas.

Discordando da interpretação dualista da realidade, onde há polarização entre setor formal e informal, temos um segundo grupo de análises que entende que o processo de desenvolvimento do capitalismo não assume uma forma homogênea e generalizada de trabalho assalariado, mas constitui uma estrutura produtiva bastante heterogênea, onde

"subsistem e são recriadas formas de organização da produção de caráter não tipicamente capitalistas e a elas se vinculam parcelas ponderáveis dos trabalhadores urbanos" (Carvalho, 1986:8).

O trabalho autônomo é considerado uma atividade não tipicamente capitalista e resulta do próprio processo de desenvolvimento capitalista e não de sua incapacidade, como interpretam os estudos do "Setor Informal".

Um terceiro grupo refere-se àqueles estudos e pesquisas que estão preocupados em analisar

"as condições de subsistência e reprodução social dos estratos mais baixos da força-de-trabalho urbana" (Carvalho, 1986:10).

Neste caso, o enfoque não é dado à diferenciação entre os setores formal e informal, mas às estratégias de sobrevivência dos trabalhadores de baixa renda, que tanto podem se realizar através do trabalho assalariado, quanto do trabalho por conta própria, ou, ainda, por ambos, simultaneamente ou alternadamente. As análises desse grupo evidenciam que as precárias condições de trabalho e de vida são decorrentes da super-exploração da força-de-trabalho e sua pauperização, características presentes nas diversas relações de trabalho da sociedade capitalista brasileira. A unidade real de trabalho é o grupo doméstico, pois as estratégias para garantir a sobrevivência da família é de responsabilidade do conjunto dos membros e não apenas do chefe ou da mulher, ou dos filhos.

Tal é o caso dos trabalhadores da construção civil em João Pessoa, analisado por Morice (1989), que intercala períodos de trabalho na construção civil e biscates. Este autor ressalta que

"A rotatividade passou a ser uma característica normal da construção civil na visão patronal. É evidentemente uma tendência enraizada da política dos construtores de evitar a estabilidade contratual da força operária num quadro permanente da empresa, principalmente quando se trata de pessoal não qualificado. A prática de impedir a estabilidade do trabalhador é medida por várias for-

mas clandestinas de contratação, como por exemplo: atraso no fichamento da carteira, contratação de tafeiros, manutenção de um setor de subcontratação fora da legislação trabalhista." (Morice, 1989:7)

Esta alta rotatividade faz com que os trabalhadores intercalem fases de trabalho na construção civil com o retorno às regiões de origem e o trabalho na agricultura, ou com o desemprego e biscates, numa clara demonstração de que o trabalho por conta própria não é nem "a última fonte de emprego", nem resultado da incapacidade do setor formal de absorver mão-de-obra. Em determinadas situações e conjunturas ele é uma alternativa de trabalho que garante melhores condições de sobrevivência do que o trabalho assalariado. Neste sentido, Morice ainda ressalta:

"... parece também enganoso analisar, como acontece frequentemente na imprensa, o desenvolvimento do setor biscateiro como uma mera consequência da crise nas empresas formais, uma vez que, em João Pessoa e ainda mais nas cidades industrializadas, sua expansão tem muito a ver com as insignificantes perspectivas salariais e estatutárias que prevalecem na categoria. A respeito disso é preciso indicar que, até aos períodos de alto faturamento, as empreiteiras pessoenses têm poucas condições de controlar a evasão dos profissionais para o setor do biscate." (Morice, 1989:7)

Tal rotatividade dos trabalhadores da construção civil, intermediando trabalho assalariado e por conta própria, mostra que o fato deste se caracterizar por baixa remuneração e condições precárias de trabalho, como instabilidade, ausência de direitos trabalhistas, etc., não pode ser atribuído à especificidade da forma de trabalho em si. O que ocorre é que tanto o trabalho por conta própria quanto o assalariado assentam-se na super-exploração da força-de-trabalho, fato que provoca condições precárias de trabalho e vida dos trabalhadores em geral, com maior incidência sobre os trabalhadores "sem qualificação profissional".

Há, ainda, pesquisas que mostram



Foto: Arquivo CEM

que o trabalho por conta própria permite ganhos superiores ao trabalho assalariado. Tal é o caso dos catadores de lixo, denominados de "badameiros" em Salvador, Bahia:

"A renda do badameiro corresponde quase sempre ao valor de dois a três salários mínimos. Mas se a pessoa tiver sorte e aguentar trabalhar mais, pode fazer até cinco ou seis. De qualquer jeito, é melhor do que trabalhar em firma pros outros, recebendo salário. Todos os badameiros entrevistados colocaram o salário mínimo como referência de sua renda, direta ou indiretamente." (Moura e Golçalves, 1989:15)

Assim, não há oposição entre as duas formas de trabalho, mas ambas estão contidas no conjunto das alternativas de sobrevivência dos trabalhadores.

Do ponto de vista estritamente econômico, poderíamos dizer que o trabalhador migrante, engajado no trabalho por conta própria, ou no assalariado, em ambos ao mesmo tempo, ou intermediando um e outro, está sempre avaliando as vantagens destas atividades, no sentido de perceber

qual permite uma melhor satisfação de suas necessidades básicas. Entendemos, no entanto, que a comparação entre as duas não se resume ao ganho monetário, mas considera também outras formas de suprir as necessidades de consumo. Como exemplo, temos os catadores de lixo, cujo ganho não se resume à parte monetária, mas inclui objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e também alimentos retirados do lixo.

Retomando a primeira questão colocada no início deste texto, poderíamos dizer que o desejo, a expectativa do migrante pelo trabalho por conta própria não é contraditório com a tendência à generalização do trabalho assalariado na sociedade capitalista. Não há oposição entre trabalho por conta própria e assalariado, regulamentado, ambos são resultado do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

A expectativa do migrante em trabalhar por conta própria não se explica apenas pelas características intrínsecas desta relação de trabalho, mas antes pelo conjunto das estratégias de sobrevivência, nas quais ele pode se engajar, com o objetivo de sustentar a si e sua família.

ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO DAS NORMAS DISCIPLINARES DO TRABALHO?

Como afirmamos no início, o desejo de trabalhar por conta própria não se resume às vantagens econômicas, mas também se justifica pela maior liberdade na organização do trabalho.

Em várias entrevistas realizadas com migrantes, em São Paulo, procedentes da pequena produção no campo — rendeiro, pequeno proprietário, morador e parceiro, observamos que estes, ao analisarem as regras de organização do trabalho assalariado, frequentemente repudiavam esta relação trabalhista por entender como “perda de autonomia”, no sentido de que não se possui liberdade.

“Na fábrica não se tem autonomia, tudo o que você faz é pensando se tá certo, se não tá certo, se continua ou não. Todo mundo se sente bem trabalhando independente. Não tem coisa melhor do que ser dono de si próprio. O nordestino até ele se acostuma com esta rotina é difícil, tem muitos que não se acostuma” (encarregado de produção, filho de rendeiro).⁽¹⁾

A submissão às regras da empresa capitalista, que caracteriza a ausência de autonomia, como forma de assegurar o emprego, é expressa na declaração feita pelo migrante, quando ele afirma que:

“A gente pra segurar o serviço tem que ser humilhado, como eu, não dou um cano, não chego atrasado, qualquer serviço que ele manda eu fazer eu faço, tudo isto aí tem que ter as manhas pra levar. Nestas firmas que eu trabalhei eu levei sorte. Eu já entendo o regulamento da firma” (ajudante de produção).

Ao se reconhecer “tendo que ser humilhado”, o migrante está expressando a dimensão que possuem as normas de trabalho que visam à utilização intensiva da força-de-trabalho, de modo a extrair o máximo de mais-valia. No entanto, ele está consciente de que “aceitar” (ter as manhas pra levar...) a humilhação é a forma de se manter no emprego.

A noção de “humilhação” tem uma certa similitude com a de “cativeiro”, expressão utilizada pelos moradores



Foto: Arquivo CEM

no sertão da Paraíba para qualificar a sua relação de trabalho. Ambas podem ser entendidas como rejeição das formas de exploração e dominação dos trabalhadores no campo e na cidade.

No entanto, “humilhação” parece ter um caráter mais forte que “cativeiro”, pois os migrantes que eram moradores consideram que “o morador é mais livre, porque trabalha a hora que quer, do jeito que quer”, enquanto no trabalho assalariado, há horários fixos e vigilância direta do chefe e/ou patrão.

“Aqui (São Paulo) o cara tá sujeito a tudo. Se fizer uma coisa errada, o encarregado tá de cima, lá o cara trabalha com o patrão, ele nem vai lá.” (ex-morador, ajudante de produção).

Para os trabalhadores do campo, mesmo os moradores, parceiros e pequenos arrendatários, que estão submetidos às ordens do dono da terra, o horário de trabalho não é determinado pelo relógio, mas pela execução das tarefas do dia, da semana, do ano, as quais, até certo ponto, são reguladas pelo ritmo da natureza. A presença de fiscalizadores do trabalho (chefe, cabo, administrador) não é frequente e o patrão, em geral, está ausente da propriedade, ou quando residente, não exerce uma fiscalização na mesma intensidade do trabalho assalariado.

No campo, a natureza tem um papel importante no disciplinamento das tarefas do trabalhador; ela funciona como “fiscal” (se não se fizer tal coisa, o animal ou a plantação morre, etc...). Enquanto que, na cidade, na fábrica, por exemplo, o intermediador, fiscalizador é outro homem, representante direto do patrão. A penalidade pelo trabalho não realizado, pela norma

não cumprida é SOCIAL, portanto, arbitrária.

Por outro lado, o pequeno produtor do sertão do Nordeste, quando migra para a grande metrópole de São Paulo, realiza um deslocamento geográfico, mas não cultural.⁽²⁾ Podemos perceber isto quando ele avalia negativamente o horário de trabalho, cartão de ponto, as ordens do chefe, e, frequentemente, compara com a maior “liberdade” no campo.

Isto nos mostra que de um lado não há uma perda total do modo de organização do trabalho das atividades não tipicamente capitalistas, e de outro lado não há uma total assimilação a “novas” normas de trabalho. Assim, além dos aspectos econômicos do trabalho por conta própria, temos que considerar também que o desejo de se engajar em tal relação de trabalho por parte dos migrantes expressa uma forma de resistir à nova organização do trabalho assalariado, seja fabril, na construção civil, no comércio, ou outros setores.

“Eu tenho vontade de sair da cidade, de arrumar um lugarzinho, no interior, uma pessoa assim conhecida que tiver chácara, uma fazenda pra tomar conta. Mas, emprego em firma, não tenho vontade mais não, de jeito nenhum. A gente se sente que nem um escravo, um cativo e não dá para se alimentar. Não tenho INPS, não tenho nada, larguei tudo. A escravidão é que a gente que vive de emprego tem que estar todo dia dentro daquela firma, que chova, que faça sol. Chegar lá, bater o cartão, fazer as oito horas de serviço, todo dia. E quando recebe aquele dinheiro, não dá pra nada.” (morador de favela em São Paulo, dono de quitanda).

Não queremos, no entanto, afirmar que as formas de resistência à dominação do trabalho assalariado se restringem aos trabalhadores procedentes de relações de trabalho não tipicamente capitalistas no campo. Nossa análise está tomando como base este grupo e para uma generalização teríamos que pesquisar empiricamente outros grupos de trabalhadores.

Outros migrantes, ainda, se submetem e/ou aceitam as normas da empresa como uma estratégia visando garantir um maior número de anos no emprego, de forma a juntar recursos ao longo do período de trabalho e/ou com a indenização, e poder assim, posteriormente, se estabelecer por conta própria no campo ou na cidade.

"Meu ideal era vim pra São Paulo, vê se conseguia alguma coisa, porque minhas condições lá eram poucas, e voltá pra meu torrão natal e ainda hoje é o mesmo; eu não mudo (...). Então, o cara aqui em São Paulo não pode vivê uma vida humilhada. Humilhada que eu fato é o seguinte: você tá fazendo um serviço, o encarregado chega e fala: Oh! você vai fazê aquele outro. Eu não posso falar que não vou, não, tenho que ir". (operador de máquina, filho de pequeno proprietário)

O migrante pode ou não se estabelecer por conta própria; o que tem sido mais frequente é uma heterogeneidade de atividades, acompanhada ou não de movimentos migratórios: pequena produção no campo – assalariado em São Paulo, em diversos setores da economia, – trabalho por conta própria em São Paulo ou na Paraíba – e, assim, sucessivamente.

Numa análise apressada da constatação "o migrante diz que tem que aceitar as normas do trabalho", nós tenderíamos a afirmar que há uma adaptação ou, em outros termos, uma aceitação da submissão. No entanto, se recorremos à sua história de vida, inclusive às expectativas para o futuro, veremos que não há assimilação total e definitiva das normas disciplinares do trabalho, mas, antes, a aparente aceitação, compreendida por eles próprios como humilhação, pode ser até uma forma de rejeição a estas e que os estimula a criar outras alternativas de vida.



Foto: Arquivo CEM

Esta interpretação abre a possibilidade de uma nova ótica sobre o migrante no mercado de trabalho urbano. Ao invés de pressupormos as condições dadas de exploração e dominação do trabalho no capitalismo e daí perguntar se o migrante se adapta ou não, se as assimila ou não, por que não perguntar se e como o migrante questiona, rejeita, resiste às condições de trabalho e vida determinadas pelo capital?

Da explanação feita anteriormente poderíamos tirar duas conclusões. Primeiro, o trabalho por conta própria não pode ser entendido apenas com base nas características intrínsecas a ele, mas sempre em relação ao trabalho assalariado. Segundo, a sua importância não se restringe aos aspectos econômicos, nem à autonomia e "maior liberdade", mas pela interdependência destes fatores.

O migrante em suas avaliações e até opções expressa estes vários níveis. Às vezes dizem "que se ganha menos, mas tem liberdade", outros "que se ganha mais, mais não tem direitos trabalhistas", enfim, há aspectos positivos e negativos.

Se consideramos apenas um aspecto, dificilmente conseguiremos alcançar uma compreensão do todo desta relação de trabalho, no sentido de perceber a lógica subjacente às avaliações dos migrantes quanto às suas alternativas de sobrevivência.

*Marilda Ap. de Menezes é socióloga, professora da Universidade Estadual da Paraíba e membro da Coordenação Nacional do Serviço Pastoral dos Migrantes.

NOTAS

- (1) Para uma análise mais detalhada deste grupo de migrantes ver: Menezes, Marilda A. de. "Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba" (migração, família e reprodução da força de trabalho). Campina Grande, Paraíba, UFPB, CH, Curso de Mestrado em Sociologia, março de 1985 (Dissertação de Mestrado).
- (2) Para uma discussão mais aprofundada veja Evelyn, Suzana S. E a festa, onde foi parar? In: Travessia – Revista do Migrante, Ano I, nº 1, maio-agosto de 1988. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios.

BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, Inaiá M.M. Urbanização, mercado de trabalho e pauperização no nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes. In: BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 22, 2º sem. 1986, pgs. 3/25.
- Morice, A. Reestruturação política do mercado habitacional e rotatividade da mão-de-obra na construção civil em João Pessoa (PB). Salvador, BA. IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste, dezembro de 1989.
- Moura, M. e Gonçalves, R. Os badameiros: o lixo das profissões ou a profissão do lixo. In: Cadernos do CEAS. Salvador, BA. nº 124, nov/dez 1989.

Paraíba e bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade

Durval Muniz de A. Jr.*



Foto: Arquivo CEM

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordaremos um dos aspectos até hoje negligenciados pela literatura que trata da história do migrante nordestino nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, como entender historicamente a formação de estereótipos os mais contraditórios em torno destes migrantes na região Sudeste e como estes contribuíram ou não para a inserção do trabalhador de origem nordestina no mundo do trabalho, mais particularmente como contribuíram para estes se identificarem ou não com a classe operária destas cidades.

Faremos pois, muito mais uma discussão com a historiografia sobre a formação da classe operária no Brasil após 1930, que também foi responsável pela veiculação de uma série de estereótipos sobre o trabalhador de origem rural e migrante e ao mesmo tempo negligenciou em seus trabalhos os conflitos internos à própria classe, ao seu processo de formação, entre estes, os provocados por preconceitos quanto a origem regional, étnica e social dos elementos recém incorporados ao mercado de trabalho.(1)

“O MUNDO CRIANDO PARAÍBAS E BAHIANOS”

Preguiçoso, bandoleiro, vagabundo ou força-motriz, mão-de-obra barata, construtor de cidades, etc.: – as imagens do nordestino no Sudeste remetem invariavelmente ao mundo do trabalho. É portanto lá que devemos buscar as experiências formadoras de tais estereótipos. Eles aparecem como imagens nascidas num cotidiano de luta pelo mercado de trabalho, frutos de um momento de intensa disputa no mercado de trabalho entre trabalhadores de diferentes origens étnicas, nacionais e regionais. Queremos entender o surgimento destes estereótipos como um acontecimento constituinte do processo de formação da classe trabalhadora brasileira, mais particularmente das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Seriam produto das experiências de conflito e disputas entre diferentes grupos de trabalhadores e destes com a classe dominante, no processo de formação da classe trabalhadora destas duas cidades, mais pre-



Foto: Arquivo CEM

cisamente, da formação da chamada “nova classe operária” que surge a partir dos anos vinte.

A década de vinte marca o início de um processo de mudança na composição da classe operária das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, “resultante do ingresso de levas de migrantes nacionais, e o surgimento de uma nova geração de filhos de estrangeiros”. Marca também um verdadeiro corte na memória social, que é aprofundado no pós-30, onde vai se eclipsar a história da “velha classe operária”, predominantemente descendente de estrangeiros, para ressaltar a história desta “nova classe operária” que surge.

Em 1928 já havia cessado quase toda a imigração externa, o que, acompanhado pelo desenvolvimento industrial destas cidades, leva a aumentar o fluxo de migrantes de origem rural do Rio de Janeiro e de São Paulo como de outros estados. Quando, em

1930 Vargas chega ao poder e assina decreto limitando em 1/3 o número de trabalhadores estrangeiros por empresa, é dado um passo decisivo para que os trabalhadores nacionais superem em número os estrangeiros na composição da classe operária.

O Nordeste vai se constituir numa das principais áreas fornecedoras de migrantes, por ser uma área onde as pressões demográficas se acentuavam sem que o crescimento de sua população fosse acompanhado por um desenvolvimento econômico capaz de absorver esta mão-de-obra. A concentração fundiária, somada às relações de trabalho e às relações de poder aí existentes, colocava a migração para o camponês nordestino como uma opção entre resistir à exploração e à dominação, enfrentando a dura repressão que a burguesia agrária era capaz de fazer, e a busca de novas relações nas cidades grandes, que apareciam como miragens de “libertação”.

Ao longo da década de 1930, “predominou os migrantes de Minas Gerais, Bahia e a parte sul dos estados açucareiros do Nordeste, como Alagoas e Pernambuco”. Esse padrão vai se alterar ao longo da década de quarenta, até 1950, quando os nordestinos chegam em seus “paus-de-arara” e assumem o predomínio no número de migrantes que afluem para São Paulo e Rio de Janeiro, as duas maiores concentrações industriais do país, que, por isso mesmo, atraem o maior número de migrantes nordestinos. Por isso devemos privilegiar estas duas cidades quando se trata de acompanhar o processo de formação da classe trabalhadora no país e a participação dos camponeses nordestinos na sua composição, atendo-nos ao período de 1920, quando se inicia este processo de mudança na composição da classe trabalhadora, até 1950, quando os nordestinos assumem a predominância entre os vários grupos de migrantes que concorrem para a formação desta classe.

Este fluxo de migrantes provoca uma acirrada disputa pelo mercado de trabalho, notadamente nas profissões mais desqualificadas. Os antigos trabalhadores foram sendo deslocados ou substituídos e a taxa de salário rebaixada, o que presumimos tenha provocado tensões entre estes novos trabalhadores, mais particularmente os nordestinos, e aqueles outros grupos de trabalhadores de predominância estrangeira que ocupavam o mercado de trabalho até então. Ampliando o exército industrial de reserva estes migrantes evitavam que as taxas de salários se elevassem, mesmo quando a migração estrangeira praticamente acabou no final da década de 1920.

Mas as alterações não se dão apenas do ponto de vista numérico ou econômico, estes migrantes provocam alterações que vão desde o aspecto político até o cultural. Este primeiro aspecto tem sido permanentemente ressaltado pela bibliografia que trata de movimento operário no Brasil ou de temas ligados à constituição da classe trabalhadora. As mudanças no comportamento político da classe trabalhadora no pós-30 têm sido tema de vastíssima produção historiográfica que insiste em atribuir à origem rural de seus componentes o que consideram um declínio do movimento operário,

“o ter se deixado cooptar pelo Estado” e o surgimento do sindicalismo corporativo e do fenômeno populista.(2)

Partindo de um paradigma que só qualifica como políticos aqueles movimentos que se organizam em termos institucionais e que lutam pela tomada do poder de Estado para a consecução de um projeto de nova sociedade, esta literatura passa ao largo de outras formas de resistência política desenvolvidas pelo trabalhador no seu cotidiano, no seu trabalho, na sua rua, sua vida, enfim. Por isso, são incapazes de perceber que se mudanças houve no comportamento político da classe trabalhadora no pós-30, não se pode dizer que ela capitulou ou se deixou cooptar; não teria, isto sim, resistido de outras formas, desenvolvido outras estratégias de resistência ao capital e à sua exploração e dominação política? Além de que, os trabalhadores não estão sós na sociedade, houve uma alteração substancial no comportamento da classe dominante e do Estado em relação à chamada questão social, ao trabalhador, sua cidadania e inserção na sociedade, que são unânimes em reconhecer. Ora, se tais alterações ocorreram, por que imputar à classe trabalhadora e à sua origem rural as responsabilidades únicas pelas alterações em sua forma de agir politicamente?

Estas afirmações partem da própria forma preconceituosa como vêm o campesinato e seu papel como agente de transformação social, que leva a colocações que não correspondem à história deste grupo na sociedade brasileira, como esta: “As camadas inferiores da população rural no Brasil nunca empreenderam qualquer tipo de reação societária que implicasse em alguma forma de revolta contra o sistema, contra as classes superiores, ou ainda, um desejo de mudança”.(3) Toda a luta do campesinato ao longo da história brasileira, é apagada e a imagem dele é passada de um agente passivo e atrasado.

Acreditamos que os migrantes nordestinos, entre outros, trouxeram experiências de luta do seu passado rural, que são importantes na elaboração de novas estratégias de enfrentamento do capital no mundo urbano e da fábrica neste momento em que o processo de desenvolvimento capitalista se acelera no Brasil, o que significa o aprofundamento da disciplinarização do trabalhador e a busca de uma completa integração ao mundo do trabalho, projeto não só da classe dominante, mas do próprio Estado, que busca neste instante não só reelaborar a imagem do trabalhador, mas do próprio trabalhador nacional até então estigmatizado pelo passado escravista.



Foto: Arquivo CEM

Estas formas de enfrentamento podem ser responsáveis por alguns estigmas que acompanham o nordestino como o de ser violento, individualista, desrespeitador da autoridade, valente, briçante, bandoleiro, etc.

Mas o que nos interessa mais de perto são as alterações culturais provocadas pela chegada destes migrantes de origem rural, notadamente do Nordeste, para a cultura da classe trabalhadora, até então majoritariamente caracterizada pelo predomínio da cultura européia. A historiografia tende a reproduzir, neste aspecto, a própria visão depreciativa que a classe dominante tinha em relação à cultura do trabalhador nacional. Os imigrantes europeus são caracterizados como tendo experiência industrial prévia, tendo experiência de vida urbana e uma tradição de movimentos socialistas, anarquistas e operários, que os tornavam técnica e politicamente superiores ao trabalhador nacional.(4) O nacional se caracterizaria por uma fraqueza ideológica, pela falta de organização devido a virem "imbuídos de uma cultura rural de formação patriarcal", que os tornava "propícios a incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas".(5)

Partindo de uma concepção aristocrática de cultura, segundo a qual a sociedade é dicotomicamente dividida entre quem tem e quem não tem cultu-

ra, quem possui cultura superior e quem a possui inferior,(6) esta historiografia atribui à cultura européia dos trabalhadores imigrantes uma superioridade em relação à cultura do trabalhador nacional, já que aqueles "eram portadores das novas ferramentas e das técnicas modernas que representavam o gênio inventivo da era industrialista, capazes de quebrar barreiras e abrir horizontes".(7)

Estas formulações da historiografia e da própria classe dominante sobre o trabalhador nacional, de uma forma geral, eram acentuadas quando se tratava de trabalhadores nordestinos, já que nas suas formulações racistas a elite paulista, por exemplo, com sua arrogância, considerava que "se São Paulo era rico, era porque seus habitantes trabalhavam muito, se os nordestinos queriam pôr fim à sua pobreza que fizessem o mesmo". Esta superioridade econômica e cultural de São Paulo e do sul do país resultariam de serem "regiões mais brancas", enquanto os nordestinos seriam "mestiços indolentes, ignorantes e de pouca saúde".(8)

O que esta historiografia em muitos casos omite, até por falta de pesquisas mais aprofundadas, é que grande parte destes imigrantes europeus provinham das áreas mais atrasadas da Europa, onde se dedicavam ao trabalho agrícola, tendo aqui no Brasil, na sua maio-

ria, uma passagem pelo trabalho no café, o que questiona o mito da superioridade técnica e do contato destes imigrantes com o mundo da fábrica, que na sua maioria só vieram conhecer no Brasil.(9)

Os camponeses nordestinos chegam a São Paulo e ao Rio de Janeiro trazendo uma cultura tradicional extremamente forte, com modos de vida totalmente estranhos para os nacionais e estrangeiros que ali viviam. Cultura marcadamente pré-industrial, pouco afeita às pressões em favor da disciplina e da ordem que partiam das fábricas, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversação e a conduta. Por isso se dedicam predominantemente às ocupações manuais mais pesadas na base da sociedade industrial que exigem um enorme dispêndio de pura energia física num ritmo de vida típico da fase pré-industrial "em que se alternava o trabalho intenso com as diversões tempestuosas".

Cultura de transmissão oral por excelência, já que o analfabetismo era quase geral entre os migrantes nordestinos, provocará alterações na própria forma de veiculação da cultura operária, até então caracterizada pela transmissão escrita através da imprensa operária. Não terá sido este declínio da produção de uma cultura letrada, escrita pelo operariado, que levou a historiografia a interpretar como o emudecimento da própria fala operária? Temos que buscar formas outras de ouvir estas falhas.

2. "PARAÍBAS E BAHIANOS RECRIANDO O MUNDO"

Estas representações imaginárias do nordestino nascem da experiência cotidiana no trabalho, nas relações de trabalho e nas outras esferas de existência; são formulações só compreensíveis dentro de um sistema cultural em formação, onde os conflitos culturais estavam moldando a cultura da "nova classe operária", já que só se pode "entender uma classe como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção quanto a partir de suas tradições intelectuais, de um modelo de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional".(10)



Foto: Arquivo CEM

Entendendo formação de classe operária como um processo onde se observa o crescimento da consciência de classe, a consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes,(11) é preciso entender como os nordestinos contribuíram neste processo, que elementos culturais que trouxeram foram incorporados nesta identidade e que elementos dificultaram esta construção; como os conflitos culturais que levaram à formação desta identidade deram origem a estereótipos que visavam integrar ou não o nordestino à nova classe em formação e que procuravam criar de certa forma o local e modo como seria feita esta integração.

Faz-se necessário resgatar a experiência do camponês nordestino através de um novo enfoque que procure se desvencilhar de uma série de mitos consagrados em nossa historiografia. A formação de uma identidade coletiva consiste “na construção de um discurso capaz de produzir uma ‘área de igualdade’ substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e dentro dele, enfatiza um conjunto de valores e tradições solidários, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas, como leis, organizações, etc...(12) no entanto, à medida que a identidade não significa a superação das desigualdades de forma absoluta, estas desigualdades podem ser exatamente definidoras de estereótipos que diferenciam os diversos grupos de trabalhadores e marcam suas identidades próprias enquanto grupos diferenciados. A resistência maior ou menor em se integrar a esta identidade coletiva e a luta pela preservação de uma identidade de grupo aparecem-nos como fonte de formação de estereótipos que marcam estes grupos de trabalhadores como os nordestinos.

A formação desta identidade de classe pode ser dificultada pela própria estratégia das classes dominantes em explorar as divisões internas ao proletariado, atribuindo valorações diferenciadas a cada um deles. No caso dos nordestinos, estes, além de serem vistos como inferiores, vão ocupar quase sempre as posições mais baixas na hierarquia industrial, enquanto os nacionais do Sudeste ocupavam as posições intermediárias, sendo as posições melhor qualificadas e de di-



Foto: Arquivo CEM

reção entregues a trabalhadores estrangeiros, tanto em empresas de empresários brasileiros, quanto nas de imigrantes. No pós-30 é comum a vinda de técnicos estrangeiros para ocupar cargos de direção nas empresas nacionais e estrangeiras, o que acirrou a rivalidade entre grupos nacionais e estrangeiros de trabalhadores, fontes pois da elaboração de estereótipos e representações imaginárias depreciativas em relação a cada um dos grupos. Portanto, não podemos entender a formação destes estereótipos sem a concorrência das próprias formulações imaginárias da classe dominante, bem como suas atividades em relação aos diferentes grupos de trabalhadores.

É comum também a referência aos conflitos entre diferentes grupos de trabalhadores não só pelo mercado de trabalho mas pelo controle do movimento operário, além de formas diferenciadas de comportamento político, outra fonte para formação de estereótipos. Organizações de trabalhadores por nacionalidades, relacionamento privilegiado de um grupo com o patrão de sua nacionalidade ou de sua região dificultam a construção da identidade política deste proletariado, retardando o forjar de uma solidariedade de classe, conflitos muito bem explorados pelo patronato e pelo Estado.

No caso do camponês nordestino, até que ponto a solidariedade regional serviu para a construção de uma identidade de classe e até que ponto serviu de entrave? As formas particulares de

organização e comportamento político deste grupo de trabalhadores, até que ponto serviram para a modificação do comportamento político da classe operária no pós-30, fato tão ressaltado pela historiografia?

A propaganda despolitização do trabalhador nordestino é atribuída à sua origem rural, bem como às relações paternalistas a que estaria submetido no Nordeste, além de sua falta de experiência de luta coletiva e de organização. “Assim para que a autoridade da direção da empresa (fosse) desafiada cumpre que o desafio (fosse) feito por outra ‘autoridade’, a da liderança sindical que arca com a responsabilidade e com as consequências”.(13) Isto explica o distanciamento do nordestino da vida sindical, o corporativismo e a burocratização que toma forma nos sindicatos no pós-30, e as atitudes pelegas das lideranças sindicais, que procuram negociar com os patrões e com o Estado benefícios para a sua base despolitizada.

Argumentamos que, como nos alerta Thompson, paternalismo é um termo descritivo impreciso e por isso mesmo não podemos caracterizar toda uma sociedade como paternalista, além de que as relações paternalistas não são apenas de assentimento, mas também de cobrança, de reciprocidade, portanto de conflito. A violência da sociedade “paternalista” nordestina não pode ser ignorada, os conflitos atingiam vários níveis e se expressavam de diversas formas, inclusive coletivamente, o que dá ao nordestino a

tão cobrada experiência de luta coletiva e que é desconhecida por uma certa historiografia.

Numa sociedade de classes, as elaborações imaginárias são também produto deste conflito que perpassa todo o social e que se expressa em outros micro-conflitos no tecido social. Os nordestinos, ao chegarem a São Paulo e ao Rio de Janeiro, vão trabalhar em empresas de propriedade de paulistas, cariocas ou imigrantes, além de empresários originários de outros estados brasileiros, em menor número; o que nos leva a indagar até que ponto a luta de classes não é encoberta aí ou expressa como uma luta regional, que tem repercussões no próprio relacionamento entre os diversos grupos de trabalhadores, dificultando o forjar de uma identidade de classe. Portadores de culturas diferenciadas, trabalhadores nordestinos e patrões tendiam a se ver com desconfiança, desconfiança generalizada para os outros trabalhadores com padrões culturais também diversos.

O que ocorre é que a historiografia até agora tem partido de um modelo do que seja consciência verdadeira, e não entende a consciência como uma construção histórica que é a possível em cada momento histórico e para cada grupo social. Como fica patente em José Albertino Rodrigues que, referindo-se aos trabalhadores de origem rural, afirmou: "o nível de consciência de classe atingido por este tipo de trabalhador, em razão de sua origem rural muito recente, não (seria) suficientemente elevado para alcançar plena identificação".(14)

Para esta historiografia, a única forma de solidariedade conhecida pelo camponês nordestino era a solidariedade do grupo familiar, o que dificultava a formação da solidariedade de classe. Provindo "em sua maioria de famílias de sitiantes e às vezes de meeiros, o grupo de trabalho nas suas propriedades (era a família numerosa, auxiliada, às vezes, no caso dos sitiantes tradicionais por uns poucos empregados)".(15) Este ambiente rural não propiciava formas de conduta coletiva e laços de solidariedade que levassem a formas de ação coletivas no enfrentamento das classes dominantes, sendo uma característica destas pessoas a submissão, a humildade e o respeito.

No entanto, nos estereótipos em torno do nordestino, não é assim que ele aparece. Não seria indício de que estes trabalhadores trouxeram formas diferenciadas de resistirem politicamente, que passariam pelo que Tilman Evers chama de resistência cultural? Ou seja, a resistência do nordestino em se integrar ao mundo da fábrica e ao próprio operariado, não seria uma resistência ao próprio operariado, não seria uma resistência ao próprio capitalismo? Tentando manter sua cultura pré-industrial, seus valores "camponeses", os nordestinos não estariam questionando a própria sociedade em que se incluem e as tentativas da classe dominante e do Estado em discipliná-los?(16)

Embora seus elementos culturais fossem perturbadores da própria constituição da identidade da classe dos trabalhadores, já que o conflito entre modos alternativos de vida dificultava o forjar desta identidade, não foi esta resistência cultural uma forma de se preservar enquanto grupo, de evitar sua descaracterização e pasteurização pelo mundo da fábrica e pela cultura que dela emanava? Como observa Thompson ao referir-se ao processo inglês, "os primeiros anos da Revolução Industrial ao invés de destruir as tradições locais fez ocorrer um crescimento da autoconsciência e do orgulho provincianos".(17) Seria esta demarcação entre os nordestinos e os outros, que estes teriam buscado, assumindo e reforçando determinados estereótipos, que evidentemente já expressavam de forma distorcida determinados elementos presentes no seu modo de vida.

Esta resistência cultural não significa que este grupo conseguiu escapar das determinações vindas do contexto de constituição de uma sociedade burguesa cada vez mais disciplinada, mas podemos dizer que conseguiu com ela ser ator também deste processo, colocando nele sua marca, estabelecendo limites, abrindo brechas nas quais puderam preservar aspectos de seu modo de vida tradicional: suas festas, seus divertimentos, seus amores, afetos, ódios e valores.

Resgatar este jogo dialético foi nosso objetivo neste artigo, deixando várias questões em aberto, para que a posterior pesquisa e as discussões que este próprio artigo suscite possam trazer à tona as possíveis respostas.

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior é Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba-Campus II - Campina Grande.

NOTAS

- 1 - Estas discussões aqui apresentadas são o ponto de partida da pesquisa que pretendemos realizar para a redação de nossa tese de doutoramento em História Social do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas sobre a participação do migrante nordestino na formação da classe trabalhadora das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.
- 2 - Esta tese do declínio do movimento operário no pós-30 devido a origem rural do novo operariado está presente, por exemplo em: PINHEIRO, Paulo Sérgio - Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930, 2ª ed., Rio, Paz e Terra, 1977, pág. 101 a 113; RODRIGUES, José Albertino - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difel, 1986, págs. 21 e 145 e RODRIGUES, Leôncio Martins - Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1966, págs. 93 e 117.
- 3 - RODRIGUES, Leôncio Martins - Op. cit. pág. 117.
- 4 - Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio - Op. cit., pág. 101.
- 5 - RODRIGUES, José Albertino - Op. cit., pág. 09.
- 6 - Ver a crítica feita a esta concepção de cultura por Carlos Ginzburg no trabalho O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, notadamente na página 17.
- 7 - RODRIGUES, José Albertino - Op. cit., pág. 09.
- 8 - LOVE, Joseph L. - A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937), Rio, Paz e Terra, 1982, pág. 108.
- 9 - Ver ALVIM, Zuleika M.F. - Brava Gente: Os italianos em São Paulo (1870-1920), 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 10 - GOMES, Ângela Maria de Castro - A Invenção do Trabalho, São Paulo, Vértice, Rio, IUPERJ, 1988, pág. 17.
- 11 - Ver THOMPSON, E.P. - A Formação da Classe Operária Inglesa I: A Árvore da Liberdade, Rio, Paz e Terra, 1987, pág. 09 e segs.
- 12 - GOMES, Ângela Maria de Castro - Op. cit., pág. 21.
- 13 - Veja RODRIGUES, Leôncio Martins - Op. cit., pág. 117.
- 14 - RODRIGUES, José Albertino, op. cit., pág. 145.
- 15 - RODRIGUES, Leôncio Martins - Op. cit., pág. 78.
- 16 - EVERS, Tilman - Identidade: A Fase Oculta dos Novos Movimentos Sociais, São Paulo, Novos Estudos, São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, v. 2,4, págs. 11-23, abril 84.
- 17 - THOMPSON, E.P. - A Formação da classe Operária Inglesa II - A Maldição de Adão, Rio, Paz e Terra, 1987, pág. 299.

TRABALHO E PROPRIEDADE:

• Cem anos do ensino social da Igreja. •

Inácio Neutzling*

No próximo ano celebra-se o centenário da encíclica *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas) promulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891. Trata-se da primeira encíclica do que será denominado alternadamente de Doutrina ou Ensino

Social da Igreja. A Doutrina ou Ensino Social da Igreja é a sistematização da reflexão que a Igreja faz, à luz do Evangelho, sobre a realidade social, política econômica e cultural da sociedade.

Neste trabalho analisamos, de maneira sucinta, a evolução do Ensino

Social da Igreja a partir da articulação propriedade e trabalho, conceitos-chave no magistério social da Igreja. Distinguiremos duas etapas na evolução do Ensino Social da Igreja: O Ensino Social da Igreja no pré-conflito e o Ensino Social da Igreja no pós-conflito.



Foto: Arquivo CEM

1. O ensino social da Igreja no pré-concílio

A encíclica *Rerum Novarum*, que tem como subtítulo “sobre a condição dos operários”, foi escrita quase 50 anos após a publicação do Manifesto Comunista por Marx em 1848. A maioria dos católicos e das autoridades eclesiais, até o final do século, não reconheceram “a necessidade de reformas de estrutura e consideraram como perigosamente revolucionários os esforços feitos para modificar institucionalmente a condição operária. Isto acontece não por egoísmo ou ignorância da situação real dos operários mas pela incompreensão dos novos problemas colocados pela revolução industrial”(1).

A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS

A *Rerum Novarum* descreve a realidade do mundo operário como uma “situação de infortúnio e de miséria imerecida”. O isolamento a que foram constringidos os trabalhadores, colocados à disposição da cobiça de uma concorrência desenfreada da indústria e do comércio, dominados por um pequeno número de ricos e opulentos “impos um jugo quase servil à infinita multidão dos proletários”. Leão XIII denuncia como “odioso e inumano usar o homem como vil instrumento de lucro” e qualifica, citando Tiago 5, 4, o não pagamento do salário justo aos trabalhadores como “crime que clama vingança aos céus”

A jornada de trabalho, a saúde dos trabalhadores, o repouso necessário são preocupações da *Rerum Novarum*. O reconhecimento do direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos próprios significou um avanço importante no pensamento social da Igreja. Este reconhecimento colocou Roma explicitamente a favor das posições mais avançadas do mundo católico da época. Este reconhecimento, incluído de próprio punho por Leão XIII depois de longas e acirradas discussões, criou tal convulsão em certos meios católicos que fizeram coletas

para mandar celebrar missas pela conversão do papa que teria perdido a fé(2).

PROPRIEDADE PRIVADA: DIREITO NATURAL

Para Leão XIII, a pedra de toque capaz de resolver a condição dos operários é a propriedade privada. Esta concepção se manterá, sem grandes mudanças, até o Concílio Vaticano II. O marco categorial dentro do qual se dá a argumentação do Ensino Social da Igreja no pré-concílio é que a autonomia da pessoa humana se funda na propriedade privada. Sem autonomia o homem não chega a ser pessoa. É pela autonomia que o homem se afirma como pessoa.

No entanto, o homem não chega a ser autônomo senão por meio da instituição da propriedade privada. A pessoa humana se estende ao mundo transformando-o em propriedade privada. A relação social originária é uma relação social entre proprietários.

Assim para a *Rerum Novarum* e o Ensino Social da Igreja, a propriedade privada é um direito natural da pessoa humana. “Que fique claro – afirma a *Rerum Novarum* – que o primeiro fundamento a ser colocado por todos aqueles que sinceramente querem o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade privada.” O Ensino Social da Igreja postulará que todos tenham acesso à propriedade privada, ou seja, que toda pessoa humana chegue a ser proprietária. E para os operários, a principal via de acesso à propriedade é o salário justo. O pagamento do salário justo é que possibilitará ao operário poupar e adquirir a sua propriedade.

Com a *Rerum Novarum* o Ensino Social da Igreja assume a concepção de J. Locke de propriedade privada. A propriedade privada é compreendida dentro do modelo deontológico de raciocínio ético-normativo. O direito de propriedade é um direito natural antes

que positivo. É um direito ligado ao direito fundamental de ser pessoa. A propriedade privada faz parte da pessoa humana tornando-a um direito intangível, sagrado e inviolável, inclusive por parte da sociedade civil.

Esta concepção, com matizes, perdura até o Concílio Vaticano II. Assim para a *Quadragesimo Anno*, escrita por Pio XI em 1931, celebrando os 40 anos da *Rerum Novarum*, a propriedade privada é o ponto de apoio de todo o sistema econômico. Pio XI acentua o duplo caráter individual e social da propriedade.

A *Mater et Magistra*, publicada pelo papa João XXIII a 15 de maio de 1961, embora intuindo que a segurança pessoal e familiar não se baseiam tanto na propriedade privada quanto em determinadas instituições sociais, continua afirmando que “o direito de propriedade privada, mesmo dos meios de produção, faz parte do direito natural” (MM 109).

A propriedade privada “deve ser uma garantia da liberdade da pessoa, e portanto, um elemento indispensável à instauração de uma ordem social autêntica” (MM 111).

A partir da centralidade do direito de propriedade privada é que se insiste na remuneração do trabalho para que seja “mais fácil aos trabalhadores pouparem e constituírem um certo patrimônio” (MM112). Pio XI na *Quadragesimo Anno* apoiará decididamente o salário familiar.

LIMITES DO ENSINO SOCIAL DA IGREJA NO PRÉ-CONCÍLIO

O Ensino Social da Igreja no pré-concílio é condicionado por três limites.

O primeiro limite é a redução do fato social, na sua complexidade e dinamicidade, à uma doutrina rígida sobre a sociedade. O pensamento social cristão compreende a sociedade civil como sociedade perfeita em cujo interior se movem todas as outras socie-

dades. O fato social é identificado com as sociedades definidas como essenciais: a Igreja, o Estado e a Família. Partindo desta visão toda e qualquer mudança é vista como perigo. A conservação da ordem é um valor por si mesmo. Este limite não permitiu que a Igreja entendesse o significado e o alcance da revolução industrial e a transformação que ela comportava na maneira de conceber a realidade.

O segundo limite é o individualismo. Ele deriva do campo cultural em que se insere o pensamento social e político europeu de origem contratualista e lockiana. O individualismo burguês é acolhido acriticamente pela Igreja. O sujeito considerado individualmente torna-se um valor absoluto.

O terceiro limite é que a reflexão sobre o social se desarticulou da reflexão teológica. A Doutrina Social da Igreja faz parte dos cursos filosóficos sob o título de filosofia social. A teologia em geral, e a teologia moral em particular, praticamente ignora o social como objeto próprio e digno de sua reflexão. Uma das causas desta desarticulação é a fratura que se dá a partir de 1600 entre a Igreja e a história, ou para usar uma expressão cara ao Concílio Vaticano II, entre a Igreja e o mundo. Esta fratura encontra a sua melhor racionalização ao se introduzir na teologia católica a rígida separação entre ordem natural e ordem sobrenatural. Trata-se de ordens autônomas e subsistentes em si mesmas.

A Igreja, na sua relação com as estruturas sócio-políticas terá fundamentalmente duas preocupações: A primeira é a defesa da ordem sócio-política vigente por meio da obrigação moral que deriva do IV mandamento, no qual a pátria e a família são os lugares clássicos do exercício da autoridade. A segunda é defender a si mesma e a sua liberdade, isto é, obter dos poderosos da terra espaço e paz suficientes para poder evangelizar e sacramentalizar. Assim o empenho político da Igreja consistirá quase que exclusivamente em sustentar os poderes e grupos políticos que tutelam a Igreja nos seus direitos e em defender o seu próprio espaço de atuação frente ao espaço do poder político.

2. O ensino social da Igreja no pós-concílio

O Concílio Vaticano II significa para o Ensino Social da Igreja uma mudança profunda. A expressão dessa mudança é a promulgação, há 25 anos, em dezembro de 1965, da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (A Alegria e a Esperança). Este documento golpeia e revoluciona a raiz teológica do Ensino Social da Igreja e abre um caminho radicalmente novo.

Um dos pontos fundamentais deste novo caminho que se abre diz respeito à articulação trabalho e propriedade. A propriedade não é mais a pedra angular da ordem social. O trabalho humano, o trabalhador torna-se o valor primeiro ao qual a propriedade, seja pública ou privada, deve estar subordinada. Esta visão terá a sua formulação e expressão mais clara e incisiva na encíclica *Laborem Exercens* (1981) de João Paulo II.

No centro do Ensino Social da Igreja do pós-concílio está o homem como sujeito. E como sujeito ele é trabalhador. Ele se torna sujeito pelo trabalho. "É como pessoa que o homem é sujeito do trabalho". "Um sujeito consciente e livre, isto é, um sujeito que decide por si mesmo" (LE 6).

A *Laborem Exercens* faz uma distinção-chave: o trabalho no sentido objetivo, a técnica e o trabalho no sentido subjetivo, a pessoa que traba-

lha (cf. LE 5-6). A partir desta distinção se faz a afirmação central da encíclica e do Ensino Social da Igreja no pós-concílio: a preeminência do significado subjetivo do trabalho sobre o seu significado objetivo (LE 6), a primazia do trabalho sobre o capital (LE 12). Toda perversão no âmbito social e econômico tem como fonte a inversão destes valores.

O TRABALHO COMO MERCADORIA

A partir desta distinção o Ensino

Social da Igreja assume a análise do trabalho numa sociedade capitalista liberal como uma mercadoria. O homem é tratado em tal sistema "como um instrumento de produção enquanto que ele - por si só, independente do trabalho que realiza - deveria ser tratado como seu sujeito eficiente, como seu verdadeiro artífice e criador" (LE 7). o trabalhador torna-se uma mera mercadoria, como uma "mercadoria *sui generis*", como "uma força anônima necessária para a produção" (LE 7).

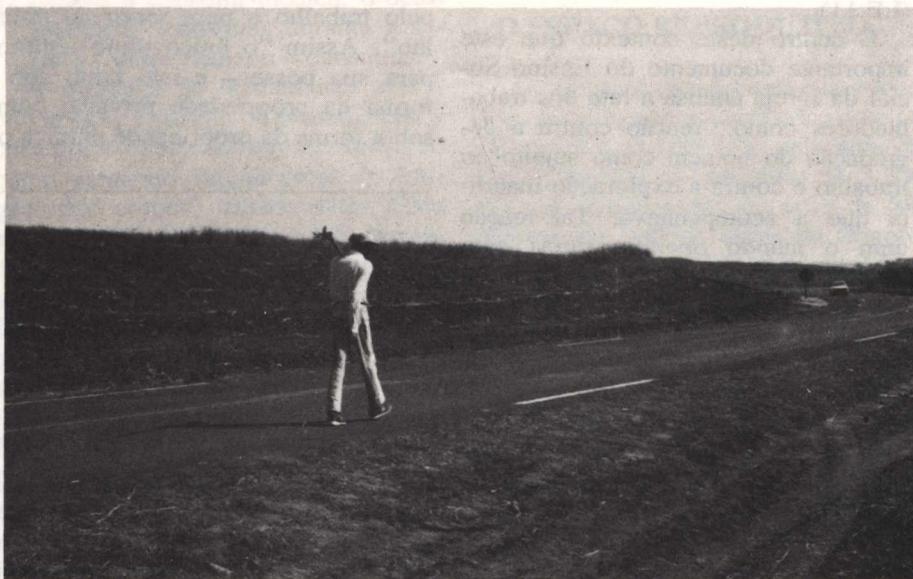


Foto: Arquivo CEM

A ALIENAÇÃO DO TRABALHO

Ao não levar em conta o trabalho no sentido subjetivo, ou seja, o trabalhador como sujeito do trabalho, o produto do seu trabalho se volta contra ele mesmo, tornando-se seu adversário. Tal processo o papa denomina de alienação. Os frutos do trabalho do homem, tirados daquele que os produz, voltam-se contra o próprio homem e passam a ser dirigidos contra o homem (Redemptor Hominis, 15). O trabalho é separado do capital e contraposto a ele (LE 13). A Laborem Exercens especifica a alienação que se dá na “mecanização do trabalho que ‘suplanta’ o mesmo homem, tirando-lhe todo gosto pessoal e o estímulo para a criatividade e para a responsabilidade; igualmente, quando tira o emprego a muitos trabalhadores que antes estavam empregados; ou ainda quando, mediante a exaltação da máquina, reduz o homem a ser escravo da mesma” (LE 7).

Foto: Arquivo CEM



tros, nas questões controvertidas, isso sucede por se ter em consideração o bem que é a justiça social, e não por se visar a “luta” pela luta, ou então para eliminar o antagonista” (LE 20).

PROPRIEDADE PRIVADA: A SERVIÇO DO TRABALHO

É no quadro da primazia do trabalho humano sobre todos os outros elementos da vida econômica (GS 67) que o Ensino Social da Igreja no pós-concílio vai reformular a sua concepção da propriedade privada.

O direito à propriedade privada “está subordinado ao direito ao uso comum, à destinação universal dos bens” (LE 14). A propriedade nunca pode se constituir em motivo de contraste social no trabalho pois “a propriedade se adquire primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho”. Assim “o único título legítimo para sua posse – e isto tanto sob a forma da propriedade privada, como sob a forma da propriedade pública ou

Que fique claro que o primeiro fundamento a ser colocado por todos aqueles que sinceramente querem o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade privada.

coletiva – é que sirva ao trabalho (LE 14). Dentro desta perspectiva a Igreja aceita a socialização dos meios de produção sempre que se tenha em vis-

ta o trabalho humano e o acesso comum aos bens destinados a todos (cf LE 14).

Recupera-se, assim, a perspectiva que deita raízes na Antiguidade cristã e inspira a reflexão teológica de modo

A propriedade não é mais a pedra angular da ordem social. O trabalho humano, o trabalhador torna-se o valor primeiro ao qual a propriedade, seja pública ou privada, deve estar subordinada.

bastante inequívoco até a época do Renascimento e que foi abandonada quando da adoção da tradição jurídico-filosófica. Não se afirma mais que a propriedade privada é um direito natural. A propriedade privada é entendida na sua subordinação ao trabalho, ou seja, à destinação universal dos bens. “Sejam quais forem as formas de propriedade – afirma a Gaudium et Spes, relativizando a instituição da propriedade privada – adaptada às legítimas instituições dos povos, segundo circunstâncias diversas e mutáveis, deve-se atender sempre a esta destinação universal dos bens” (GS 69).

EXPROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE

Para atender a destinação universal dos bens o Ensino Social da Igreja pós-conciliar, admite a expropriação.

A LUTA DE CLASSES

A Laborem Exercens caracteriza como “conflito real” o conflito entre o mundo do capital e o mundo do trabalho. Tal conflito tem a sua origem no fato dos operários colocarem “as suas forças à disposição do grupo dos patrões e empresários, e de que estes, guiados pelo princípio do maior lucro da produção, procuravam manter o mais baixo possível o salário para o trabalho executado pelos operários” (LE 11).

É dentro deste contexto que este importante documento do Ensino Social da Igreja analisa a luta dos trabalhadores como “reação contra a degradação do homem como sujeito do trabalho e contra a exploração inaudita que a acompanhava. Tal reação uniu o mundo operário numa convergência comunitária, caracterizada por uma grande solidariedade” (LE 8). As organizações sindicais dos trabalhadores, elemento indispensável da vida social, são vistas como “expoentes da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho” (ib). E assumindo o conflito social com toda a sua força, continua a Laborem Exercens: “Se esta luta assume um caráter de oposição aos ou-

Este direito é reconhecido explicitamente na *Gaudium et Spes*, nº 71 e reafirmado por Paulo VI na *Populorum Progressio*: "O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios tornam-se obstáculos à propriedade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país" (PP 24). A mera extensão da propriedade já justifica a desapropriação embora não seja mal explorada, porque neste caso a acumulação mesma da propriedade se considera um mal para a sociedade ou para uma parte dela. E no caso da desapropriação não se faz nenhuma referência à indenização. A idéia da indenização é abandonada no Ensino Social da Igreja do pós-concílio(3).

O direito de propriedade é um direito subordinado e instrumental para assegurar o direito primário – este sim sagrado e inviolável – de todo ser humano viver dignamente.

EVOLUÇÃO DO ENSINO SOCIAL DA IGREJA NO PÓS-CONCÍLIO

O Ensino Social da Igreja no pós-concílio supera a visão organicista da sociedade assumindo uma análise mais dialetizada onde o conflito e a luta dos trabalhadores são reconhecidos como importantes agentes históricos da sociedade moderna. Isto possibilita

que o Ensino Social da Igreja incorpore categorias como alienação, lutas de classes e a análise do trabalho como mercadoria. A linguagem e a argumentação do mundo e da luta operária, pelo menos em parte, são assumidos pelo Ensino Social da Igreja. O diálogo com o marxismo possibilitou a incorporação crítica de uma série de categorias de análise do instrumental marxista(4). Supera-se a análise do capital e trabalho como meras forças abstratas e anônimas. Percebe-se agora que por trás delas, sustentando-as e

É no trabalho que os homens encontram o fundamento do seu direito de participar nas decisões que dizem respeito aos problemas da sociedade inteira, que vive do seu trabalho.

dando-lhes presença histórica, encontram-se pessoas, grupos sociais e o que os põe de um lado ou de outro é a sua relação com o processo produtivo e concretamente com a propriedade dos meios de produção.

Há a superação da visão individualista da pessoa humana. A pessoa humana é "por sua natureza íntima, um ser social" afirma a *Gaudium et Spes* nº 12. Imagem e semelhança de Deus, a sociabilidade da pessoa humana se funda na comunhão da Trindade Divi-

na (cf. GS 24). A partir deste quadro teológico de referência se compreende o sujeito que trabalha não isolada e individualisticamente mas como um sujeito em comunidade, em sociedade. O trabalho manifesta a subjetividade de toda a sociedade que é composta por trabalhadores. É no trabalho que os trabalhadores encontram o título para decidir não só sobre o que diz respeito ao seu campo de trabalho mas sobre todos os problemas de toda a sociedade que vive do seu trabalho e por ele se desenvolve(5). Supera-se assim uma visão meramente formal da democracia, afirmando unicamente a liberdade de autonomia do cidadão. Para o Ensino Social da Igreja a democracia é igualmente a afirmação da liberdade social de participação que se expressa nas oportunidades iguais de "participação na organização da sociedade de modo especial do processo produtivo". E isto porque "é no trabalho que os homens encontram o fundamento do seu direito de participar nas decisões que dizem respeito aos problemas da sociedade inteira, que vive do seu trabalho"(6).

No pós-concílio supera-se a auto-compreensão da Igreja como Mãe e Mestra que lhe impossibilitou agir com senso histórico no início e durante grande parte do processo de industrialização. Como Mãe e Mestra ela entrava na história com a pretensão de ditar a doutrina(7). Com a *Gaudium et Spes* a Igreja abandona a ordem constituída e se abre ao movimento histórico. É esta abertura que a capacita a acolher o profundo significado ético-teológico do movimento operário e suas organizações. O movimento operário não só se revelou como o lugar de um profundo sentir ético mas, ao mesmo tempo, como lugar de realização ética. A Igreja torna-se capaz de reconhecer que o movimento operário, lutando "contra a degradação do homem como sujeito do trabalho e contra a exploração inaudita que a acompanhava" (LE 8), contribuiu decisivamente para que a justiça, a fraternidade e a solidariedade se firmassem como valores fundamentais na organização política e econômica da sociedade.

A Igreja passa a se auto-compreender como servidora na realização da fraternidade universal (cf. GS nº 3). Se antes a Igreja se apresentava como





Arquivo CEM

o caminho do homem, agora o homem é o caminha da Igreja” (cf. Redemptor Hominis). E ao fazer suas “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres” (GS, nº 1) a Igreja percebe como um sinal dos tempos que para a realização da justiça no mundo “é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho” (LE 8). Sente-se, pois, desafiada a se empenhar “vivamente nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a “Igreja dos pobres” (LE 8).

O compromisso da Igreja com os movimentos de solidariedade que lutam pela Justiça, contra a exploração, a miséria e a fome expressa a fidelidade à missão dada à comunidade dos seguidores de Jesus. E tal serviço de solidariedade se dará no coração da história lá onde a exigência de sua presença é urgida pela “degradação social do homem – sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome” que se expressam na “violação da dignidade do trabalho humano quer porque as possibilidades do trabalho humano são limitadas – e há a chaga do desemprego – quer porque são depreciados o valor do mesmo trabalho e os direitos que dele deri-

vam, especialmente o direito ao justo salário e à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família” (LE 8).

No momento em que se opta no Brasil por uma política econômica de corte neo-liberal onde a propriedade é sacralizada tornando-se o valor primeiro em relação ao trabalho, tendo como consequência a concentração cada vez maior do capital, da proprie-

O Bem Comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios tornam-se obstáculo à propriedade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país.

dade e da renda e o crescente desemprego, cabe às comunidades cristãs em diálogo com todos os que buscam a justiça e que afirmam o trabalho como tendo a primazia sobre o capital, analisar esta realidade à luz do Evangelho. O Ensino Social da Igreja poderá ajudar nesta análise com seus princípios de reflexão, com suas normas de julgamento para que a opção e o compromisso necessários para a transformação social, política e econômica no país se façam com a urgência necessária.

*Inácio Neutzling é assessor junto à CNBB (Setor Pastoral Social) e membro da Pastoral Operária.

NOTAS

- 1 - CHENU, M. - D. La Dottrina Sociale della Chiesa. Origine e sviluppo (1891-1971), Brescia, 1982, 2ª ed., p. 12.
- 2 - cf. MARTINA, G., La Chiesa nell'eta del totalitarismo, Vol. 4, Brescia, 1979, 4ª ed., p. 40-51.
- 3 - A tradução portuguesa da Gaudium et Spes fala em indenização mas esta palavra não ocorre no original latino.
- 4 - cf. BAUM, G.G., "The Impact of Marxism on the Thought of John Paul II", THOUGHT 62/244 (1987), p. 26-38.
- 5 - cf. João Paulo II Homelia ao Mundo do Trabalho - Danzigue, 12/6/1987 in: L' Osservatore Romano, 28/6/87, p. 13; Igreja: Comunhão e Missão, Documentos da CNBB, nº 40, 1988, nº 159.
- 6 - Exigências Éticas da Ordem Democrática, Documentos da CNBB, 42, 1989, nº 67.
- 7 - CHENU, M. - D., "Valori, limiti, evoluzione dell'insegnamento sociale della chiesa", Rivista di Teologia Morale, 13 (1981), p. 504-505.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONCICH, Ricardo - SANS, José Miguel, ENSINO SOCIAL DA IGREJA, VOZES, Petrólis, 1986.
- BAUM, Gregory G., "The Impact of Marxism on the thought of John Paul II", THOUGHT 62/244 (1987), p. 26-38.
- CAMACHO, Ildefonso, "A posição da Igreja Católica perante a economia industrial: A Doutrina Social da Igreja", in: Vários, PRAXIS CRISTÃ. OPÇÃO PELA JUSTIÇA E LIBERDADE, Vol. III, Ed. Paulinas, São Paulo, 1988, p. 101-158.
- "A doutrina sobre a propriedade: história e presente", PERSPECTIVA TEOLOGICA 50/1988, p. 35-60.
- CHENU, Marie-Dominique, LA DOTTRINA SOCIALE DELLA CHIESA. ORIGINE E SVILUPPO (1891-1971), Queriniana, Brescia, 1982, 2ª ed. "Valori, limiti, evoluzione dell' insegnamento sociale della Chiesa" RIVISTA DI TEOLOGIA MORALE 13(1981), p. 503-514.
- CHIAVACCI, Enrico, TEOLOGIA MORALE. COMPLEMENTI DI TEOLOGIA MORALE GENERALE, Citadella Ed., Assisi, 1980.
- DORR, Donald, OPTION FOR THE POOR. A HUNDRED YEARS OF VATICAN SOCIAL TEACHING, Orbis Books, New York, 1983.
- GUTIERREZ, Gustavo e outros, A LABOREM EXERCENS E O EVANGELHO DO TRABALHO HUMANO, Loyola, São Paulo, 1989.
- HINKELAMMERT, Franz J., DEMOCRACIA Y TOTALITARISMO, DEI, San José, 1987.
- MAUGUENEST, Denis, (org.) LE DISCOURS SOCIAL DE L'EGLISE CATHOLIQUE - DE LEON XIII À JEAN PAUL II, Paris, Centurion, 1985.

TRABALHO ESCRAVO

um relato de casos

Maria Cristina Vannucchi Leme*

Nossa intenção aqui não é a de esboçar uma análise sobre o trabalho escravo vigente no país, trata-se apenas de trazer à tona a sua real existência com base em relatos de alguns casos ocorridos no 1º semestre de 1990, cujas denúncias chegaram até nós.

É comum as pessoas se espantarem com as notícias sensacionalistas das páginas policiais sobre o trabalho escravo. Os jornais, não raro, carregam nas tintas ao retratar essa situação. Uma situação um tanto anacrônica, é verdade, se levarmos em conta o discurso da modernidade do atual governo.

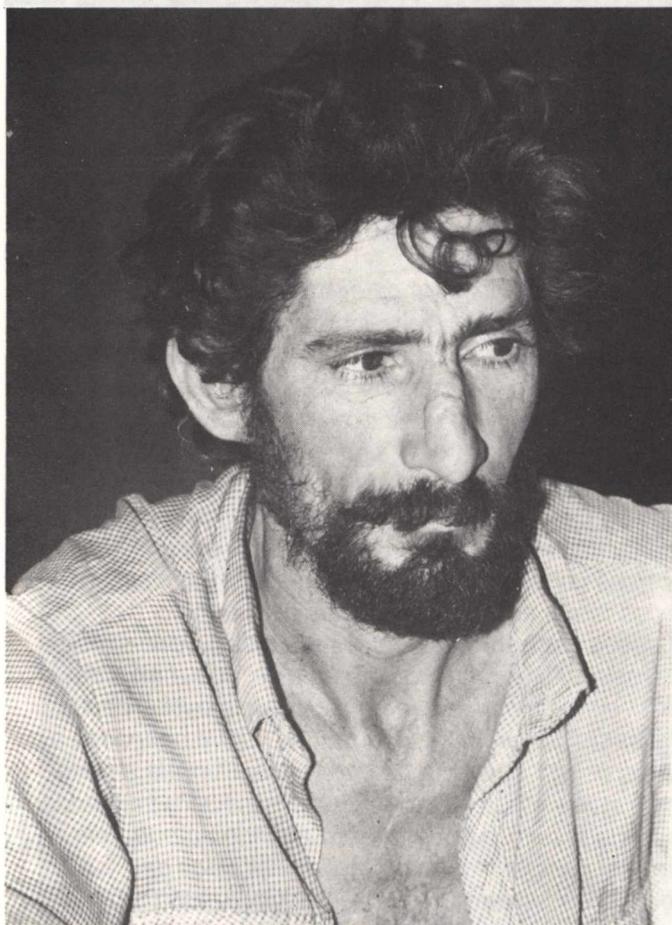
Infelizmente, existe trabalho escravo nos dias de hoje, concentrando-se, principalmente, nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia (anos anteriores), embora também possa ser verificado em áreas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Se o desrespeito aos direitos trabalhistas é comum nas indústrias dos grandes centros urbanos, não é difícil imaginar o que acontece nas fazendas da Amazônia Legal...

O trabalho escravo caracteriza-se pela "compra" de trabalhadores braçais, efetuada por um intermediário – o gato – que os alicia nas cidades e os entrega às fazendas, distantes dias de viagem, onde permanecem constantemente vigiados por pistoleiros.

O gato custeia a viagem e a alimentação dos peões durante o percurso. Assim, o trabalhador já chega devendo, antes mesmo de iniciar o trabalho. Também ocorre de o gato saldar as dívidas da hospedagem nas pensões, enquanto os peões aguardam oportunidade de serviço. Nesses casos, pode haver cumplicidade entre os donos de pensão e os empreiteiros.

O serviço é sempre combinado na cidade, longe do local de trabalho. Geralmente a proposta é tentadora: preço compensador, tarefas especificadas, alqueire estipulado, bom alojamento e comida farta. Não falta até mesmo a promessa de que caso o peão necessite de cuidados médicos, a "fazenda" providenciará até viagem de avião.





Só depois de dois, três dias de viagem em caminhões pau-de-arara, o peão chega ao local de trabalho, onde a realidade é bem diferente:

"Já durante a viagem não receberam nada para comer, só receberam refeição chegando na fazenda, mas de maneira racionada. Na chegada os trabalhadores foram submetidos à revista, tendo que se despirem a fim de mostrar que não portavam armas, 'como se fossem bandidos'. A proposta de NCz\$ 1.500,00 o 'alqueirinho' mudou para NCz\$ 500,00 o 'alqueirão'. E segundo palavras do próprio Chapéu Preto, o que ele havia falado na rua não valia. Na fazenda era outra coisa e lá quem mandava era ele".

(Declaração do peão João Luiz de Souza Parente sobre as condições de trabalho na Fazenda Escondida, município de Matupá/MT, aos 06/04/90 em São José do Xingú).

O relato dos peões Genival Batista e João Batista Alves, fugidos da Fazenda São Luiz, em Conceição do Araguaia/PA, descreve situação semelhante:

Pela combinação, receberiam durante a viagem – almoço, café e janta. No entanto, viajaram uma noite e um dia em cima de um caminhão e receberam apenas um lanche, pouco antes de chegarem à fazenda. Ao começarem o trabalho perceberam que a área era um

'juquirão' muito feio, onde o serviço, não rendia nem a 'terça metade do que havíamos pensado'. Os peões eram divididos em cinco turmas de serviço, cada uma com um responsável, que só se encontravam aos domingos, sendo que todos trabalhavam até meio-dia aos domingos".

(Declaração feita em Conceição do Araguaia, s/d).

Além do engodo e da dívida impagável, os peões são cerceados num direito fundamental – o de ir e vir – por pistoleiros armados que os vigiam dia e noite e têm ordem de atirar para matar em caso de fuga. Não obstante, a única alternativa que se desenha aos peões em desespero é a fuga.

O peão Clemente Ribeiro dos Santos tentou fugir da Fazenda Escondida, junto com mais dois companheiros, mas foram pegos por Chapéu Preto (como é conhecido o proprietário) e três pistoleiros. Os peões foram amarrados, levados para o mato, obrigados a ficarem de joelhos e a rezar. Depois disso, Clemente foi espancado com varas e, sob a mira de revólveres, foi obrigado a bater nos dois outros peões. De volta à fazenda, mesmo feridos, foram obrigados a trabalhar sob vigilância de pistoleiros. Durante a noite eram levados aos quartos que permaneciam trancados a cadeado pelo lado de fora, só abrindo no outro dia na hora do trabalho. (Informações extraídas da declaração feita em São José do Xingú, aos 06/04/90).

Comissão denuncia escravidão em MT

PORTO VELHO — A Comissão Pastoral da Terra em Porto Velho denunciou ontem ao procurador da República no Estado, Domingos Sávio Dresch da Silveira, a existência de 180 homens trabalhando em regime escravo na Fazenda Castanhal, no município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, próximo à divisa com Rondônia.

A comissão entregou ao procurador um dossiê sobre os crimes contra a organização do trabalho cometidos na fazenda. Silveira informou que a área está fora de sua jurisdição e da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia, mas prometeu alertar o procurador federal em Cuiabá.

A Fazenda Castanhal fica ao lado do posto indígena de Lourdes, perto das tribos gaviões e araras. Cinco trabalhadores fugiram para Rondônia e prestaram depoimento na delegacia de Polícia Civil de Ji-Paraná, no qual informaram ter sido contratados, junto com outros 45 homens, no município de Nobre, em Mato Grosso, por um homem identificado por Vítor. Eles teriam de preparar um roçado numa área de mil alqueires, para o que receberiam Crs 3,5

mil por alqueire. Quando chegaram à fazenda, souberam que o pagamento seria "livre" e teriam de pagar a alimentação e trabalhar das 5h30 às 16 ou 17 horas.

Eles relataram, ainda, que lá nunca se recebe o pagamento porque a conta dos alimentos, comprados numa espécie de armazém montado num barraco, é sempre maior do que o salário. Além disso, todos são impedidos de deixar a fazenda antes de pagar a dívida. Segundo os agricultores, há no local capatazes armados, que ameaçam de morte e espancam os que tentam fugir. Luís de Souza, um dos cinco que fugiram para Ji-Paraná, afirmou que numa tentativa anterior de fuga foi capturado por Vítor e, além de espancado, foi submetido à tortura do afogamento e obrigado a comer 40 gramas de fumo.

Souza informou que os escravos ficam alojados em barracões distantes 800 metros uns dos outros. Ademir Gomes da Silva, outro fugitivo da fazenda, disse que nesses barracões são colocados de quatro a seis homens e até mesmo os peões que conseguem receber algum pagamento são impedidos de sair.

22 — O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 1990

A tortura e a humilhação parecem ser ingredientes indispensáveis para aniquilar aquilo que o homem do campo tem de mais precioso: a formação moral e religiosa. Os relatos são dramáticos e os peões sofrem uma segunda vez, constrangidos em descrever os abusos sofridos:

"Quando chegamos lá tudo era mentira. O que eu encontrei muito lá, foi 'carrancismo' — trabalhar obrigado, doente e sem poder. Quando o camarada

estava trabalhando devagar recebia lapada e tiro por cima do peão.

Aconteceu comigo e com outros companheiros — o pistoleiro Levi pegou um outro homem e me obrigou a beijar e a chupar a língua dele, eu um senhor de 50 anos de idade. Sei que eles mataram o Negão, um dos nossos companheiros que desapareceu do meio de nós".

(Declaração feita em Redenção/PA, aos 16/04/90, sobre a Fazenda Arizona, naquele município).



Também sobre a fazenda Arizona é o depoimento do peão José Hermógenes Maciel de Carvalho:

"Os trabalhadores vão pra lá, e além de passar todo esse sofrimento, os que levam suas esposas passam pela humilhação de vê-las roubadas do marido pra entregar pra outros homens de acordo com o gosto do Wilkens. Lá tem vários pistoleiros armados e quando os trabalhadores chegam são recebidos com chicotadas, sem mais nem menos, simplesmente para ver como são as coisas lá dentro".

(Declaração feita em Redenção, aos 29/03/90).

O depoimento sucinto dos peões transmite perplexidade às pessoas que imaginavam que situações como essas não acontecem em terras brasileiras.

Muito se falou em cidadania, direitos do cidadão, nesses últimos dois anos, por ocasião dos trabalhos da nova Constituição. Foi por se acreditar 'cidadão' que o peão Elias Pereira dos Santos, de 15 anos, levado para arrancar erva na Fazenda Ouro Verde, em Porto Alegre do Norte/MT, se recusou a trabalhar no dia 31/12/89, um domingo, "porque domingo não é dia de trabalhar", e assim fez também no dia 1º de janeiro, feriado.

Despedido por causa dessa ousadia, sem receber pelos dias trabalhados, Elias foi trabalhar para outra pessoa "a troco de comida". Ele inicia seu depoimento com as seguintes palavras: "Não tenho documento e a data certa do meu nascimento era meu pai que sabia". Seu pai, Teodoro Pereira dos Santos, que também se acreditava 'cidadão', foi reclamar pelos direitos do filho quando foi recebido à bala pelo pistoleiro Reginaldo, criado nas fazendas de

José Bernardo e Anselmo Ascensão Pinto, proprietários, entre outras, da Fazenda Ouro Verde:

"Aí escutei o tiro. Passei a mão na perna e vi que estava machucado. Meu pai correu e eu corri atrás, para dentro do pasto. Logo ele caiu. Meu cunhado, quando viu que nós dois tínhamos sido acertados, foi procurar socorro. Meu pai, que se chamava Teodoro, ficou rolando no chão e eu aí perto. Quando ele sentiu que ia morrer, me chamou para perto, me falou que era para tomar a benção. Eu pedi a benção e ele me abençoou. Perguntou ainda pelo Zé Luiz e logo foi morrendo. Eu, então, abri os braços dele e me deitei nos braços dele. Assim passei a noite toda e estava chovendo". (Declaração feita por Elias Pereira dos Santos, em Porto Alegre do Norte, aos 24/01/90).

Todos os fatos relatados acima podem ser comprovados com as declarações assinadas e testemunhas.

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, denunciou os casos ocorridos na região. Os casos ocorridos nas fazendas do sul do Pará, onde, segundo os declarantes "se existe inferno lá é começo" e "até satanás teria pavor de morar lá", foram denunciados pela Diocese de Conceição do Araguaia e a CPT Araguaia-Tocantins, entre outras entidades.

Além das denúncias à imprensa, foi dirigida uma petição aos Poderes Públicos, solicitando sejam apuradas as denúncias e responsabilizados criminalmente os pistoleiros e proprietários dos imóveis pelos delitos (tortura, degradação moral e homicídio).

Até o presente momento, a última notícia sobre o assunto data de 26/04/90, quando o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, determinou a abertura de inquérito para apurar as denúncias de trabalho escravo nas fazendas Arizona e São Luiz. (JB 26.04.90; OESP 26.04.90).

Por fim, relacionamos os imóveis onde se verificou a existência de trabalho escravo durante o 1º semestre de 1990.

Fazenda Ouro Verde, Porto Alegre do Norte/MT; Fazenda Escondida, Matupá/PA; Fazenda São Luiz, Conceição do Araguaia/PA; Fazenda Arizona, Redenção/PA e Fazenda Jandaia/Santa Helena, Xinguara/PA; além da Fazenda Castanhal, Aripuanã/MT, cuja denúncia acaba de ser feita pela CPT de Porto Velho/RO, conforme chamada em destaque.

**Maria Cristina V. Leme trabalha no Setor de Documentação da CPT - Nacional/Goiania/GO.*

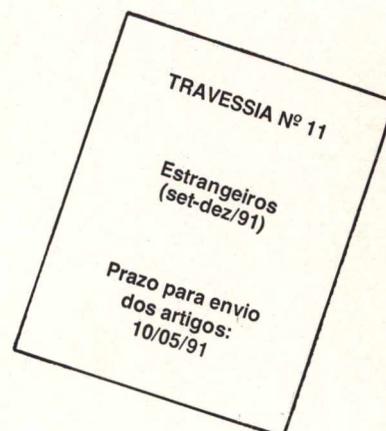
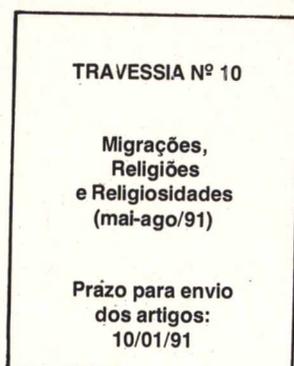
Seja um colaborador

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional etc... A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:



- * Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Máximo de 10 laudas de 20 linhas com 70 toques;
- * Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;
- * Obedecer aos prazos para envio das matérias, conforme estipulado abaixo.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS



O Conselho Editorial da Revista reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO QUE
FAZ: JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES E
OU.

Saibam quantos virem esta Pública Escritura de Declaração, aos doze (12) dias do mês de junho (06) de mil novecentos e noventa (1990), nesta Cidade e Comarca de São Félix do Araguaia-MT; perante mim Alfredo Rodrigues Matos Filho-Tabelião, compareceram como declarantes os Srs. **JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES**, brasileiro, casado, lavrador, portador da CI-RG nº 267.603-SSP-MT, e do CPF nº 328.778.111-15; **VALDORI FAVERO**, brasileiro, casado, lavrador, portador da CI-RG nº 11/R-1.517.832-SSP-SC e do CPF nº 079.587.108-28, residentes e domiciliados na Vila de Pontinópolis, neste município. Fazem a seguinte declaração: Que no dia 1º (primeiro) de Maio do corrente ano saímos de Pontinópolis para um trabalho de roço e derrubada, que havia sido acertado com o Sr. Orico, numa área de terras da Suiá Missú – neste Município, e que foi vendida ao Sr. Romão Flôres. A derrubada e roço estava, ou melhor está, a encargo de uma Empreiteira conhecida como d. EDINEIA, residente em Goiânia-Estado de Goiás, declaramos que ainda que o Contrato verbal foi feito a base de Cr\$ 3.200,00 (treis mil e duzentos cruzeiros), por alqueire. Que área a ser desmatada, segundo conversas no local é de 15 mil alqueirão. Que quando lá chegamos havia perto de 800 (oitocentas) pessoas trabalhando algumas até com famílias. Que ficamos lá perto de vinte dias (20), quando começamos a perceber que nunca tínhamos saldo que já estávamos era devendo. Os preços da cantina, quando fomos comprar era um ha hora do acerto era bem o maior. Fato fazia com que os peões nunca tivessem saldo. Percebendo isso e mais os comentários que ouvimos de que a situação era essa pra todo mundo e de que quando os peões tentavam fugir eram trazidos de volta pela polícia de Porto Alegre, e ainda que a empreiteira EDINEIA acabava tomando tudo que o peão tinha a pretexto de pagamento da dívida e, receosos de que eu João Alberto de Souza, ficasse sem minha moto serra, resolvemos fugir. Andamos durante 04 (quatro) dias durante a noite nas estradas e o dia, na mata até chegarmos em Pontinópolis. Declaramos ainda que a empreiteira EDINEIA sempre andava armada e acompanhada de três (03) homens também armados, que as histórias de fuga e

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de Mato Grosso
LIVRO Nº 10
FOLHAS Nº 038

Cartório do 2º Ofício
Cidade de São Félix do Araguaia
Gonçalo Rodrigues Diniz
Alfredo Rodrigues Matos Filho

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO QUE FAZ: JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES E OU.

Saibam quantos virem esta Pública Escritura de Declaração, aos doze (12) dias do mês de junho (06) de mil novecentos e noventa (1990), nesta Cidade e Comarca de São Félix do Araguaia-MT; perante mim Alfredo Rodrigues Matos Filho-Tabelião, compareceram como declarantes os Srs. **JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES**, brasileiro, casado, lavrador, portador da CI-RG nº 267.603-SSP-MT, e do CPF nº 328.778.111-15; **VALDORI FAVERO**, brasileiro, casado, lavrador, portador da CI-RG nº 11/R-1.517.832-SSP-SC e do CPF nº 079.587.108-28, residentes e domiciliados na Vila de Pontinópolis, neste município. Fazem a seguinte declaração: Que no dia 1º (primeiro) de Maio do corrente ano saímos de Pontinópolis para um trabalho de roço e derrubada, que havia sido acertado com o Sr. Orico, numa área de terras da Suiá Missú-neste Município, e que foi vendida ao Sr. Romão Flôres. A derrubada e roço estava, ou melhor está, a encargo de uma Empreiteira conhecida como d. EDINEIA, residente em Goiânia-Estado de Goiás, declaramos que ainda que o Contrato verbal foi feito a base de Cr\$ 3.200,00 (treis mil e duzentos cruzeiros), por alqueire. Que área a ser desmatada, segundo conversas no local é de 15 mil alqueirão, que quando lá chegamos havia perto de 800 (oitocentas) pessoas trabalhando algumas até com famílias. Que ficamos lá perto de vinte dias (20), quando começamos a perceber que nunca tínhamos saldo que já estávamos era devendo. Os preços da cantina, quando fomos comprar era um ha hora do acerto era bem o maior. Fato fazia com que os peões nunca tivessem saldo. Percebendo isso e mais os comentários que ouvimos de que a situação era essa pra todo mundo e de que quando os peões tentavam fugir eram trazidos de volta pela polícia de Porto Alegre, e ainda que a empreiteira EDINEIA acabava tomando tudo que o peão tinha a pretexto de pagamento da dívida, receosos de que eu João Alberto de Souza, ficasse sem minha moto serra, resolvemos fugir. Andamos durante 04 (quatro) dias durante a noite nas estradas e o dia, na mata até chegarmos em Pontinópolis. Declaramos ainda que a empreiteira EDINEIA sempre andava armada e acompanhada de três (03) homens também armados, que as histórias de fuga e captura de peões, era contada por um "FISCAL" da própria EDINEIA, apelidado de "BAIANO", este fiscal dizia que deles peão não fugia. Que roçamos 09 (nove) alqueirões e derrubamos 1/2 (meio) alqueiro de mata; que até o momento nada recebemos por nosso trabalho. Como nada mais foi dito, e nem lhe foi perguntado, mandou que encerrasse a presente declaração pública. E de como assim, me disseram, do que dou fé. Me pediram e eu fiz datilografar a presente que lida e aceita assina. Emolumentos de Cr\$ 57,76. Ass. ALFREDO RODRIGUES MATOS FILHO-TAB.//JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES//VALDORI FAVERO. Nada mais. Transladada simultaneamente do que dou fé. Eu, Tabelião, que fiz datilografar, conferi e dou fé.

De testi. em verdade

Alfredo Rodrigues Matos Filho
Tab. Nº. 009 - 1.º T. de Araguaia - MT

17.06.90

ALFREDO RODRIGUES MATOS FILHO-TAB.//JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES//VALDORI FAVERO

captura de peões, era contada por um "FISCAL" da própria EDINEIA, apelidado de "BAIANO", este fiscal dizia que deles peão não fugia. Que roçamos 09 (nove) alqueirões e derrubamos 1/2 (meio) alqueiro de mata; que até o momento nada recebemos por nosso trabalho. Como nada mais foi dito, e nem lhe foi perguntado, mandou que encerrasse a presente declaração pública. E de como assim, me disseram, do que dou fé. Me pediram e eu fiz datilografar a presente que lida e aceita assina. Emolumentos Cr\$ 57,76. Ass. ALFREDO RODRIGUES MATOS FILHO-TAB.//JOÃO ALBERTO DE SOUZA GOMES//VALDORI FAVERO. Nada mais. Transladada simultaneamente do que dou fé. Eu, Tabelião, que fiz datilografar, conferi e dou fé.